

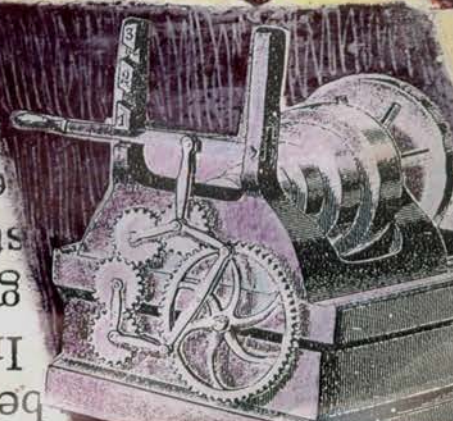
tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 265 • Ano 14 • C\$ 10.000

ENCONTRO DA TERRA DIVERSIDADE E CONFRONTOS



being ready to bind other
In a quite preliminary
graphic union w
tion at...ing; it
er or grain...ian. Now
graphic difference (the
ence between two app
s gains purely grap



UM PONTO DE PARTIDA

Eneraldo Carneiro / Imagens da Terra



Descobrir o caminho dos conflitos e os atores envolvidos não é suficiente para se identificar a diversidade dos desafios colocados pela crise civilizatória em que se situa a questão ambiental. É preciso tempo para interação democrática e plural, esta sim, gestadora dos novos projetos em curso.

Manter a radicalidade do discurso democrático e a crítica ética ao desenvolvimento ainda parece ser tarefa para este fim de milênio. A partir desta perspectiva torna-se relevante identificar os acúmulos e elaborar as variadas buscas de intervenção política no interior da já reconhecida polaridade meio ambiente e desenvolvimento.

No curso dessas preocupações instala-se a sociedade brasileira e, mais particularmente, a sociedade mundial reunida no Rio de Janeiro em 1992. Pois a questão ambiental sintetiza hoje um espaço de crítica à lógica desenvolvimentista e à sua substituição por novas formas. Serve, também, à afirmação da diversidade social pela emergência de novas identidades de grupos políticos, religiosos, étnicos e de gênero.

Além disso, o meio ambiente foi, certamente, o tema mais bombardeado pela mídia em nossas cabeças durante o primeiro semestre do ano. E não era para menos. Afinal, o Brasil abrigou a Rio-92, convocada pela ONU para discutir

o futuro do planeta Terra, e o Fórum Global, um dos maiores encontros da sociedade civil de todo o mundo nos últimos tempos. Os dois eventos foram bem-sucedidos no que tange à mobilização. A ONU conseguiu garantir um quórum de mais de 170 países, e o Fórum Global reuniu cerca de 10 mil entidades da sociedade civil e recebeu meio milhão de visitantes durante sua realização, no Parque do Flamengo.

Os resultados alcançados, promissores ou decepcionantes, ainda serão objeto de avaliações diferenciadas. Estamos, no entanto, na posição privilegiada de assistirmos e participarmos do início de um processo de discussão sobre as tensões que se colocam entre meio ambiente e desenvolvimento.

A edição nº 261 (janeiro/fevereiro de 1992) de TEMPO E PRESENÇA foi especialmente dedicada ao tema. Tratava-se, naquele momento, de levantar polêmicas e contribuir para o debate. Dando sequência a essas preocupações, a Revista pretende agora refletir sobre as questões ambientais do ponto de vista das ONGs, procurando indicar o que mudou (ou não) e o que está em jogo no debate pós-conferência. Não se trata, portanto, de efetuar um balanço dos avanços e recuos, mas sim delinear um ponto de partida.



ÍNDICE

Sociedade civil

- 5 ONG: UM NOME DEPOIS DA RIO-92
Aurélio Vianna
- 7 NADA SERÁ COMO ANTES
Depoimentos de Tony Gross, Jean Pierre Leroy e Liszt Vieira

Mulheres

- 12 ECOS DO PLANETA FÊMEA
Thais Corral

Política ambiental

- 13 O AVISO DO RETROCESSO
Márcio Santilli

Amazônia

- 15 DEPOIS QUE A RIO-92 PASSOU
Lúcio Flávio Pinto

Educação ambiental

- 18 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESCOLA E MOVIMENTO
Maria Cecília Iório, Lais Menezes e Vera Masagão Ribeiro

Rio-92 e Fórum Global

- 21 OS COMPROMISSOS DO ENCONTRO DA TERRA

Biodiversidade

- 29 ONGs E A BIODIVERSIDADE NA RIO-92
David Hathaway

Florestas

- 33 A QUESTÃO DAS FLORESTAS: TENDÊNCIAS PÓS-RIO-92
João Paulo Capobianco

Financiamento ambiental

- 35 ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESORDEM SOCIOAMBIENTAL
Cândido Grzybowski

CEBs

- 37 O TREM DAS CEBs COM BITOLA LARGA
Luiz Alberto Gómez de Souza

Ecumenismo

- 39 CMI ELEGE NOVO SECRETÁRIO-GERAL

América Latina

- 40 "MEA CULPA"
Eduardo Galeano

Rubem Alves

- 42 LIÇÕES DE BICHOS E COISAS

Bíblia hoje

- 44 NÃO CORTEM AS ÁRVORES NEM MATEM OS PÁSSAROS
Ivo Storniolo

Resenha

- 47 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CIDADANIA
Ariovaldo Umbelino de Oliveira

DEMOCRACIA E MEIO AMBIENTE

O mundo se tensiona em disputas no interior de um processo de mudanças. No cenário polarizado pelas questões de meio ambiente e desenvolvimento estão presentes ONGs, movimentos diversos, o Fórum Global e a Rio-92, governos e aspectos do processo social brasileiro na interseção com tal conjuntura. Páginas 5 a 29

O ENCONTRO DA TERRA

Um balanço paralelo das resoluções e pronunciamentos da sociedade civil (Fórum Global) e dos governos (Rio-92) constitui um capítulo necessário para melhor compreensão e maior engajamento para o futuro da Terra. TEMPO E PRESENÇA elaborou um encarte procurando resenhar o conjunto de forma ampla e própria a uma aproximação crítica da leitura. Páginas 20 a 28 (Encarte)

O FINANCIAMENTO DA DESIGUALDADE

As propostas globais são impedidas por sua inviabilização financeira e modelos de divisão internacional de recursos ambientais, riqueza e tecnologia. O controle genético e a disputa por patentes — a biodiversidade, a preservação das florestas e os próprios recursos aprovados — são elementos no concerto das desigualdades internacionais: suas tendências e brechas. Páginas 29 a 36

O TREM DAS CEBs

Mais de dois mil participantes do Brasil e do exterior reuniram-se em Santa Maria (setembro de 1992) para discutir a evangelização e as culturas oprimidas. Foi o 8º Encontro Intereclesial de CEBs, com muitas celebrações repletas de símbolos, positivas tensões e abertura de novas perspectivas. As crises que foram vividas são vistas como sinais de vitalidade e renovação. Páginas 37 e 38 e Carta Final (Encarte)

GALEANO E ALVES

De forma irônica e instigante, o conhecido escritor uruguaio Eduardo Galeano reflete as relações dos Estados Unidos com os países subdesenvolvidos. Rubem Alves, com seu estilo agradável, mostra as lições das borboletas e beija-flores, dos tigres e golfinhos. As duas crônicas, tangentes no conteúdo, convergem no bom gosto dos autores. Páginas 40 a 43

Nando Neves / Imagens da Terra



tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Setembro / outubro de 1992
Ano 14 - nº 265

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983
01238-001 São Paulo SP
Telefone (011) 825-3544
Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader
José Oscar Beozzo
Heloisa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Márcio Santilli
Marília Pontes Sposito
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

EDITOR

Jether Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Paulo Roberto Salles Garcia
MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES

Rafael Soares de Oliveira
Maria Cecília Iório
Beatriz Araújo Martins

ASSESSORIA ESPECIAL

Lais Menezes

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Beatriz Araújo Martins

EDITORA DE ARTE

Anita Slade

REVISOR E DIGITADOR

Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA

Marta Strauch

PRODUÇÃO GRÁFICA

Supernova

FOTOLITO DA CAPA

Beni

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
Cr\$ 10.000,00

Assinatura anual
Cr\$ 50.000,00

Assinatura de apoio
Cr\$ 60.000,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Aprecio com muito gosto a leitura de **TEMPO E PRESENÇA** por ser uma revista que realmente está comprometida com a causa dos oprimidos na sociedade. Fico aguardando com expectativa o envio dessa revista, pois a cada edição trata de um assunto específico, mas com uma abordagem ampla e distinta, o que torna os artigos brilhantes e atualizados. Por conta disso a leitura dessa revista tem aprimorado meus conhecimentos como também auxiliado de forma eficaz para a realização do meu trabalho como educador. Na esperança de construirmos juntos uma sociedade melhor e solidária.

Nivaldo Francisco Neves

Campinas/SP

Agradeço o gentil envio da revista **TEMPO E PRESENÇA**, que constitui uma publicação que nos ajuda no trabalho realizado na oficina do CLAI-Região Andina. Felicito toda a equipe desta revista tão bem estruturada e que apresenta um conteúdo selecionado.

Bispo Rolando Villena

La Paz/Bolívia

Gostaria de cumprimentá-los pelo bom trabalho que vem sendo realizado. A revista **TEMPO E PRESENÇA** contém artigos muito bons e os temas escolhi-

dos são ótimos. A revista maio/junho sobre Ética é exemplar!

Llane Boeck

São Miguel d'Oeste/SC

Venho por meio desta vos parabenizar pelo bom nível de vossas publicações. Desde que me tornei assinante da revista **TEMPO E PRESENÇA**, ela tem-se mostrado um valioso instrumento de reflexão sobre minha prática pastoral.

Jabes Nogueira Filho

Aracaju/SE

Nós, da coordenação do Curso de Verão de Goiânia, queremos agradecer a sua contribuição em nos enviar o exemplar da revista **TEMPO E PRESENÇA**. Tem nos ajudado muito, é realmente uma excelente revista.

Maria Dina e Maria Aparecida

Goiânia/GO

CLAMOR DE NEGROS AMEAÇADOS

Na Diocese de Bom Jesus da Lapa surge um clamor concreto de negros perseguidos, no município do mesmo nome, no estado da Bahia: "Clamor pela Vida — Clamor de Justiça — Clamor pela terra de trabalho!".

Trata-se de cinco comunidades negras, localizadas na Fa-

zenda Rio das Rãs, ameaçadas de expulsão pelo grileiro Carlos Vasconcelos Bonfim, residente na cidade de Guanambi/BA. O referido fazendeiro, através dos seus capangas, já derrubou casas com trator, destruiu plantações, matou criação dos negros, jogou veneno na lagoa para matar os peixes, meteu cerca, ca-deado e cancela nas terras dos negros.

Elaboramos um estudo para comprovar que são descendentes dos quilombos e, com isso, exigir que o governo federal proteja aquela área, conforme legislação prevista no Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição. Ficou comprovado historicamente que era um quilombo. Falta, entretanto, o reconhecimento da Justiça.

Diante da situação dramática dos negros daquelas comunidades do Vale do Médio São Francisco, estamos solicitando o apoio e a defesa desta causa a todos quantos estão comprometidos com os direitos humanos e com a luta pela transformação de nossa sociedade. Nesta luta, está incluída a defesa do direito dos ex-escravos contra todo o resquício de escravidão.

Padre José Evangelista de Souza, C.M.

Bom Jesus da Lapa/BA

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA



Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual Cr\$ 50.000,00
Assinatura de apoio Cr\$ 60.000,00
Extério US\$ 50,00
Número avulso Cr\$ 10.000,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129
CEP 22211-230 Rio de Janeiro RJ
Av. Higienópolis, 983 CEP 01238-001 São Paulo SP



ONG: UM NOME DEPOIS DA RIO-92

Aurélio Vianna

Com a realização do Fórum Global, as organizações não-governamentais (ONGs) ocuparam espaço expressivo na mídia. Este artigo suscita algumas questões sobre a identidade dessas organizações — atores/coadjuvantes — que, apesar de controversa, foi-se delineando nos últimos anos e reconhecida, hoje, nacional e internacionalmente

A Rio-92 deixou no Brasil mais que uma série de princípios assinados. Com o término do evento, um novo nome passou a fazer parte de nosso vocabulário: ONGs — descobertas pela mídia, pelo governo brasileiro e também por grande parte da população.

A história desse recente acontecimento parece ter na realização do Fórum Global e, em nosso país, na constituição do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais os mais importantes momentos.

Tensa diversidade. O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, constituído ao longo de dois anos, reuniu diversos “tipos” de organizações da sociedade civil brasileira. No início formado apenas por algumas entidades autodenominadas ambientalistas, associadas a outras

hoje conhecidas como de desenvolvimento, e, ainda, por movimentos sociais como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Movimento de Atingidos por Barragens-CRAB, o Fórum passou, em pouco tempo, e depois de uma série de acalorados debates, a aceitar várias outras organizações, como assembleias permanentes de entidades ambientalistas, movimentos institucionalizados étnicos e de gênero, entidades de caráter sindical, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dentre outras. Esse conjunto passou a ser chamado e reconhecido como de ONGs e Movimentos Sociais.

Apesar de reconhecer a diversidade como uma riqueza, e sua manutenção parte das propostas políticas da sociedade civil organizada, em vários momentos o Fórum viveu

tensões que pareciam características de um momento de afirmação de novas identidades e, mais particularmente, da identidade de ONG. É certo que o termo ONG já era conhecido e utilizado em várias situações. Importante e inovador trabalho de Leilah Landim (ISER) sobre ONGs no Brasil, publicado em 1988 (antes da constituição do Fórum), apesar de ter contribuído para ajudar a criar uma auto-imagem de diferentes organizações civis no Brasil, não havia logrado — e não era esse o objetivo do estudo — estabelecer uma classificação que desse conta da auto-imagem dessas organizações que agora participavam publicamente de uma série de eventos como ONGs. A própria Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais Brasileiras (ABONG) foi fundada depois da constituição do Fórum.

Esse rico e problemático processo de constituição de um fórum com ampla diversidade de natureza de entidades e, junto com isso, de constituição de identidades, levou a uma grande aceitação do termo ONG como designativo de um conjunto extremamente diverso de organizações.

A construção de uma identidade. Se tomarmos a conceituação de ONG para o organismo promotor da Conferência Oficial, a Organização das Nações Unidas (ONU), verificaremos que organização não-governamental é um termo que se define por negação e exclusão, ou seja, ONG é o que não é governo, é a esfera do privado. Essa visão da ONU, que pode ser funcional para suas relações internacionais com o que não é governo — lembremo-nos de que se trata de uma organização governamental mundial —, não foi digerida a contento em nosso país. Aqui, e no contexto do Fórum, ONG era, dentre outras coisas, a designação de organizações da sociedade civil não comprometidas com o atual modelo de desenvolvimento econômico.

Ora, as dificuldades para se classificarem organizações a partir de critérios subjetivos representam problema para os que se dedicam a exercícios classificatórios e, mais ainda, àqueles envolvidos em um processo de criação de identidades. Por sua vez, esse debate levou a uma precisão maior do outro termo da equação, isto é, movimentos sociais. Quanto mais se definia o que é ONG, mais algumas organizações se identificavam, ou não, como movimento. Isso foi bastante comum entre algu-

O termo ONG expressa um conjunto extremamente diverso de organizações

mas organizações autodenominadas ambientalistas que, por se sentirem em uma encruzilhada entre ser movimento ou ser organização, passaram a recusar o termo ONG para si. Outra vertente identificava as ONGs como organizações que teriam uma competência específica, relacionada à capacidade de produção de conhecimento e operacionalidade no âmbito internacional. De todo modo, mais ou menos à vontade com o termo, chegou-se aos eventos do Fórum Global com uma grande identidade construída de ONGs brasileiras.

Ventos do Norte. A realização do Fórum colocou as ONGs brasileiras frente a parceiras dos chamados países do Norte e também do Sul. Esse contato facilitou o desenvolvimento de idéias de constituição de uma sociedade civil articulada em torno de redes de ONGs de diversos países do mundo, e, efetivamente, foi consolidada uma série de contatos internacionais, foram aprofundadas antigas redes e criadas novas. Junto a tudo isso, a certeza de que a diversidade planetária em relação ao que se chama de ONG talvez seja menor que a brasileira, especialmente no que se

refere aos países ricos, em que ONGs já se colocam como alternativas de organização aos partidos políticos e aos sindicatos (ver, por exemplo, interessante reportagem de Franklin Martins, JB, 9/8/92). Em vários países ricos as ONGs se organizam com filiados que sustentam as atividades das organizações, e funcionam, assim, como entidades de representação política, como no Brasil são os sindicatos e movimentos populares institucionalizados. Em muitos casos, agem como o que alguns sociólogos chamam de grupos de pressão, ou grupos de interesse, que seriam organizações voltadas a um tipo de ação política que não reconheceria na luta de classes seu principal “motivo”, que recortam a sociedade em organizações políticas mediante a constituição de grupos interclassistas, a partir da afirmação de identidades relativas à proteção ambiental, afirmação étnica e outras.

Passada a Conferência, permanece no Brasil o importante legado de um nome que tomou corpo e força com eventos de caráter mundial — ONG — e a afirmação da diferença entre organizações civis de representação (sindicatos, movimentos sociais) e outras. Nesse complexo contexto, permanecem dúvidas que dizem respeito ao papel ativo — e propositivo — desses atores na articulação de um novo desenho organizativo da sociedade civil brasileira.

Hoje há novos nomes, resta (re)construir o desenho da sociedade civil que se complexifica, mantendo a riqueza da diversidade organizativa, estabelecendo nitidamente dentre os atores desse campo quem são os principais e os coadjuvantes, e buscando construir pontos de articulação entre as diferentes experiências.

Aurélio Vianna é antropólogo e integra a Coordenação Executiva e a equipe do Programa Movimento Camponês e Igrejas do CEDI.

NADA SERÁ COMO ANTES

Durante quatorze dias ensolarados de junho, o Rio de Janeiro atraiu a atenção de todo o mundo com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. A cidade abrigou, também, o já apontado como o maior encontro da sociedade civil planetária dos últimos tempos — o Fórum Global.

As avaliações sobre todo esse processo ainda estão em curso, da mesma forma que também restam dúvidas e indagações sobre as repercussões das escolhas políticas que serão tomadas quanto ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Do ponto de vista da sociedade civil, nunca tantas organizações de diferentes países e regiões do globo se encontraram, qualificando, na prática, a diversidade.

No centro dos acontecimentos, três personagens estiveram diretamente envolvidos na preparação, organização e acompanhamento do Fórum Global. TEMPO E PRESENÇA entrevistou-os para colher impressões, avaliações, reflexões e — por que não dizer — otimismo e decepções. Tony Gross representou o Fórum Brasileiro de ONGs no Fórum Global e responsável pela estruturação do grande evento no Aterro do Flamengo; Jean Pierre Leroy foi o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de ONGs, uma grande frente composta por ONGs e movimentos sociais, co-responsável pela realização do Fórum Global; Liszt Vieira foi o representante do Fórum Brasileiro no Grupo de Trabalho Internacional e organizador do Encontro Internacional de ONGs e Movimentos Sociais — Compromissos para o Futuro, um dos principais eventos do Fórum Global.

■ Depoimento de TONY GROSS

No contexto da chamada crise ambiental mundial, qual foi a importância da realização da Rio-92 e do Fórum Global?

A meu ver todos os modelos e paradigmas políticos para o desenvolvimento estão em crise. Assistimos ao colapso do socialismo, que revelou o tamanho da crise ambiental naqueles países. A década de 1980 foi a “década perdida” para a maioria dos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina e África, onde os níveis de vida retrocederam a patamares anteriores ao início da década, e também com o agravamento de uma série de problemas ambientais locais e regionais. Nos países do Norte, há um reconhecimento claro de que o modelo adotado, que proporcionou um crescimento econômico e uma melhoria

muito acentuada, nas últimas duas a três gerações, na qualidade de vida dos cidadãos daqueles países, é insustentável. A tentativa de se reproduzirem os padrões de consumo e de produção desses países em escala mundial é impossível. E isso está cada dia mais evidente.

Há um reconhecimento diferenciado, conforme o grau de vontade política de cada país e sociedade, de que deve haver mudanças profundas. E acima dos problemas locais e regionais identificar um leque de problemas ambientais que são supranacionais, são globais. Isso implica a necessidade de se adotarem soluções globais, para o que deve haver consenso global e a implantação de mecanismos de administração global.

Significaria a implantação de mecanismos globais de decisão?

Este não é um tema novo porque a ONU existe há quase cinquenta anos, mas na área ambiental a idéia

de supervisão internacional, de padrões internacionais, por motivos que não estão tão claros, é uma questão polêmica. Em muitos casos é vista como uma interferência na soberania dos países, o que, de certa forma, não faz sentido porque a ONU conseguiu estabelecer normas internacionais no caso de condições de trabalho, via Organização Internacional de Trabalho, ou normas de saúde via Organização Mundial de Saúde, com as quais a maioria dos países convive pacificamente. Então, essa resistência em torno dos problemas ambientais globais é um pouco estranha.

A crise ambiental leva os países a tentarem estabelecer as bases de uma nova ordem internacional?

Ela mostra que devemos tratar as questões ambientais no contexto de relações econômicas desiguais, graus de pobreza absoluta crescentes, disparidades, o que tem provo-

cado, evidentemente, uma série de impasses. Estes não foram resolvidos na Rio-92. Evidentemente o mundo não é instantaneamente melhor por causa da Conferência, e acho que resultados de conferências, grandes congressos internacionais são sempre decepcionantes, à primeira vista.

Qual foi, então, a importância da Rio-92?

Os mecanismos da diplomacia, especialmente a multilateral, são ex-

Fórum Global



tremamente lentos. Assim, o valor da Conferência foi o de recolocar todas as questões de uma forma coordenada na pauta política e diplomática. Por mais decepcionantes que os resultados possam parecer à primeira vista, pelo menos estabeleceu-se a interligação entre questões ambientais e sociais. É muito difícil, a partir da Conferência, analisar o meio ambiente fora de um contexto político devendo-se considerar as desigualdades entre as nações e a divisão do poder global. E isso fortalece a idéia de soluções multilaterais, da atuação de agências multilaterais, do papel da ONU. Infelizmente a reorganização do sistema da ONU, que deveria ser um dos resultados da Rio-92, foi adiada para 1995.

Nesse contexto, qual a importância da realização do Fórum Global?

Para uma avaliação do Fórum Global permito-me iniciar por alguns comentários fundamentais. A questão ambiental tem sido, especialmente nos países do Norte, uma das bandeiras mais evidentes de mobilização da opinião pública desde a Conferência de Estocolmo (1972). As entidades ambientalistas, especialmente durante os anos de 1980, passaram por uma fase de crescimento impressionante, no que diz respeito ao número de associados, à captação de recursos, à ocupação de espaços políticos. Essas organizações da sociedade civil conseguiram colocar a questão na agenda política dos países da Comunidade Européia, dos países nórdicos, da América do Norte, dos países do Pacífico, Austrália, Nova Zelândia, Japão, etc. Isso ilustra um princípio básico de sistemas democráticos que é óbvio: os governos tendem a responder e a agir de acordo com o grau de pressão pública que sofrem. A preocupação

O grande trunfo das ONGs é poder demonstrar a capacidade de consenso entre cidadãos de diferentes países como contraponto às posições e intransigências de seus governos

ambiental e sua explicitação, por parte do indivíduo, do cidadão, via entidades ambientalistas, fazem parte de uma idéia maior que é o exercício da cidadania. E na medida em que os ventos da democracia têm soprado tanto no Terceiro Mundo como no antigo bloco socialista, temos assistido, nos últimos anos, ao mesmo processo aqui, ou seja, o crescimento da visibilidade do tema, o aumento do grau de preocupação pública e a canalização desses esfor-

ços em entidades de proteção ao meio ambiente de todos os tipos. As entidades ambientalistas e outros setores da sociedade estão começando a conjugar as questões ambientais com suas bases ou com os temas principais de seus setores.

Em todos os sistemas vigentes vê-se uma pressão, por parte dos cidadãos, por um maior envolvimento na tomada de decisões reais que lhes afetam direta ou indiretamente. O grande trunfo das ONGs é exatamente este: poder demonstrar a capacidade de construção de consenso entre cidadãos de diferentes países como contraponto às posições e, muitas vezes, às intransigências dos seus governos. A razão de ser do Fórum Global partiu muito desta análise: o sistema democrático implica pressionar os governos, que só assim reagem; estes e as instâncias intergovernamentais não detêm todas as respostas e soluções, e a experiência acumulada pela sociedade civil por meio de entidades com anos de trabalho direto no temário da conferência valia tanto ou mais do que a dos governos.

Sem dúvida, foi o maior encontro da sociedade civil organizada na história: algo entre 15 e 20 mil participantes, 8 a 10 mil entidades diferentes, 170 países representados. A diversidade de reuniões e o intercâmbio entre os participantes das diferentes reuniões foram um passo muito importante, e isso vai dar frutos nos próximos tempos. A minha expectativa sempre foi de que um evento como o Fórum Global representasse a oportunidade de intercâmbio, de estabelecimento de novas alianças, identificação de novas pautas, prioridades, marcando o início de uma nova etapa de colaboração entre ONGs de diferentes regiões ou entidades que trabalhavam temas diferentes. O meu sonho é poder ouvir em 1995 ou 1998 alguém dizer: "O que estamos fazendo hoje tem a ver com aquela reunião que houve no Rio de Janeiro em junho de 1992".

■ Depoimento de JEAN PIERRE

No contexto da chamada crise ambiental mundial, qual foi a importância da realização da Rio-92 e do Fórum Global?

A Conferência do Rio foi importante e ao mesmo tempo mostrou vários limites como, por exemplo, dos lobbies — ou seja, uma política de resultados com vistas a pressionar os governos. Embora as ONGs tenham conseguido participar do processo preparatório, das quatro reuniões do Prepcom e na Conferência Oficial, na hora da decisão elas não tiveram presença marcante. Os governos recusaram. A realização do Fórum Global mostrou também limites no sentido de termos trabalhado em função da conferência oficial. Não conseguimos criar uma pauta própria, representativa da sociedade civil, e ficamos muito referenciados ao Norte. Não conseguimos nos impor afirmando que os problemas que temos no Sul mostram que não bastam um remendo tecnológico ou de ordem econômica, a internalização de custos ambientais... Poderíamos ter construído uma proposta de trabalho, dizendo que a referência fundamental é que, mesmo mudando o padrão tecnológico, o Sul vai continuar a se afundar e, portanto, a qualidade de vida vai degradar-se em nossos países. Não conseguimos chegar a isso, porque ainda é uma questão relativamente nova. Uma ilustração pode ser tomada quando consideramos que, na Alemanha, as duas grandes ONGs ambientalistas só recentemente incorporaram a questão da dívida externa.

Neste cenário que você traçou, o que avançou?

Estamos ainda muito semelhantes às conferências oficiais, em cima do discurso, dos conceitos. Ainda não conseguimos nos comunicar em termos de troca de experiências e, par-

tir delas, extrair lições. O que avançou realmente foi a incorporação total do social nas questões ambientais. Poucos tiveram coragem de dizer que uma das causas principais de degradação do meio ambiente são os pobres. O discurso sobre demografia se complexificou e não mais apareceu como questão central. Outros exemplos positivos foram também a incorporação da questão urbana e o caráter insustentável das megacidades do mundo. As ONGs brasileiras, pela primeira vez, mantiveram muitos contatos internacionais e tiveram

*O que avançou realmente
foi a completa
incorporação do social
nas questões ambientais*

que se entender ou se desentender. Isso, por si, já foi um avanço. Se daí vamos tirar a lição para tentarmos ser mais prudentes e buscarmos conjuntamente caminhos, não sei ainda; mas, pelo menos, pode-se dizer que nada será como antes.

Outra coisa comentada como avanço é a visibilidade das ONGs. A grande questão que fica é o que isso significa. Pode ser uma nova “onda” nesse momento de neoliberalismo, de diminuição do Estado, colocando a vez do privado. Nessa perspectiva, até o Fórum Global pode ser visto como o grande espaço do privado. E aí pode surgir uma questão grave porque, no plano internacional, o que pode ficar é que devemos dar lugar às ONGs, à sociedade, porque é hora do privado. Acho uma grave questão para os países do Sul, já que eles não conseguem definir e gerir suas políticas — que têm que ser submetidas aos ditames econômicos do Banco Mundial e do FMI. A ênfase na sociedade civil reforça a idéia de que o Estado deve encolher e as sociedades devem enfrentar as questões. Portanto, a questão da visibilidade é positi-



va por um lado, porque nós não a tínhamos, vivíamos com a impressão de marginalidade, semiclandestinidadade. Por outro, temos que nos questionar: Como defender o espaço efetivo de organização da sociedade sem que isso signifique ignorar o papel do Estado? Enfim, devemos dar uma contribuição, não só de pressão sobre o Estado, mas de ação própria dos movimentos, das ONGs na resolução dos problemas.

Que tendências você identifica a partir das experiências de articulação entre as ONGs na preparação e realização do Fórum Global?

Um ponto que não avançou mesmo foi a cooperação internacional entre as ONGs. Abriram-se, é verdade, alguns espaços setorialmente, em alguns tratados, e por meio de contatos bilaterais entre pequenas entidades. Isso porque as diferenças são muito grandes. Por exemplo, quando questionamos o “modelo agrícola” estamos falando em superar uma agricultura industrializada, intensiva no uso de agrotóxicos, e também na solução dos problemas fundiários, com a implantação de uma reforma agrária. Mas para as ONGs do Norte, reforma agrária não faz muito sentido.

E como foi a experiência vivida pelo Fórum Brasileiro de ONGs?

O processo de preparação foi mais importante do que a própria realização, porque chegamos muito tarde à questão internacional (somente em abril de 1992). Durante o Fórum Global, poucas entidades estavam preparadas suficientemente para influenciar. A realização do Fórum Global foi efetivamente um ponto de partida, mais do que um ponto de chegada. A dinâmica entre movimentos sociais e ONGs — vinda do Fórum Brasileiro —, que afirmamos com força e que impressionou lá fora, só se deu parcialmente. Até integrantes do Fórum Brasileiro, desacreditados do espaço, saíram pouco antes da Conferência. Enfim, não é possível nos iludirmos e afirmarmos que foi ótimo. No entanto, do ponto de vista dos setores sociais, os movimentos que estiveram no processo efetivamente, foi positivo. Concluo que a experiência mostra a riqueza de se juntarem vários setores. Mas também mostra que é uma construção lenta e difícil, que vai ter, com certeza, muitas idas e vindas, recuos e avanços.

O Fórum Brasileiro foi, então, muito mais um espaço?

Sim. O processo do Fórum Brasileiro foi interessante porque, levando em conta que eram vários setores, cada um com sua lógica, a construção de uma democracia entre movimentos e ONGs não podia ser pensada como se fôssemos uma central, um partido, um congresso qualquer. Foi uma tarefa difícil e ao mesmo tempo um aprendizado e uma conquista democrática.

Para finalizar, gostaria de mencionar ainda algo que acho superpreocupante para o futuro: a questão da cooperação internacional no sentido dos financiamentos. O movimento ambientalista está mal preparado para esse debate. Trata-se, justamente, da tendência de os governos do exterior, organismos multilaterais repassarem

recursos diretamente para ONGs, para que estas desenvolvam trabalhos. As ONGs de desenvolvimento já vêm enfrentando a questão porque têm mais experiência de financiamento internacional.

Se os governos e os organismos multilaterais não mudarem o padrão de relações e o modelo em seu conjunto, há um risco de as ONGs que se submeterem aos recursos tornarem-se reféns das grandes políticas dos organismos multilaterais ou de governos. Portanto, é importante enfrentar a questão, socializar o acúmulo de reflexões sobre isso e tentar discutir a maneira de materializar a questão dos fluxos financeiros e a cooperação bilateral.

■ Depoimento de LISZT VIEIRA

No contexto da chamada crise ambiental mundial, qual foi a importância da realização da Rio-92 e do Fórum Global?

A Rio-92 foi convocada para salvar o planeta Terra, ameaçado pela crise ecológica, e enfrentar e resolver a questão da miséria e da pobreza no mundo. Após sua realização viu-se que os resultados finais ficaram muito aquém dos objetivos. Nessa medida, não atingiu as metas propostas, mas avançou em alguns pontos e serviu também para despertar a consciência sobre a questão ambiental na opinião pública mundial. O fracasso da conferência coloca um papel ainda mais importante para as entidades que trabalham com a questão do meio ambiente e desenvolvimento. Os governos não conseguiram adotar as decisões que se impunham, e as ONGs apresentaram propostas de soluções e mostraram que a crise, a ameaça ecológica ao planeta e a miséria que sufoca o Terceiro Mundo exigem soluções urgentes.

Qual seria o papel das ONGs?

As ONGs trabalham com a questão de meio ambiente e desenvolvimento no âmbito local, nacional e, precariamente ainda, internacional. Ficou clara a necessidade de se aumentar o grau de cooperação internacional entre as ONGs. O velho lema ecologista “Pensar globalmente e agir localmente”, a partir da Rio-92, foi modificado, porque hoje não basta agir localmente, mas também globalmente. O mundo está internacionalizado, o mercado é mundial, do ponto de vista econômico, as frentes políticas são internacionais, existe a ONU, uma organização dos governos unidos, e é natural que a sociedade civil, por intermédio de suas entidades, também se articule internacionalmente, para aumentar a capacidade de pressão junto aos go-

Agência O Globo / Paulo Rubens Fonseca



vernos e encontrar os próprios caminhos. Neste sentido, deu-se um passo adiante no Rio de Janeiro aprovando-se 36 tratados de ONGs sobre diferentes temas. As ONGs mostraram que tinham propostas e soluções a apresentar e que os governos, por falta de vontade política, não as encaminhavam. Os tratados foram concebidos como planos de ação que podem servir de instrumentos de dis-

cussão e de mobilização, e constituem uma base política e material para uma futura cooperação e articulação internacional das ONGs. Cada um deles poderá vir a ser uma rede autônoma, fazer encontros, buscar recursos. As redes regionais deverão também estreitar as relações e estimular mais as ONGs em nível local, nacional e também o diálogo dessas redes regionais entre si. A alma da articulação internacional das ONGs será o funcionamento e o dinamismo dessas redes regionais de ONGs.

*Depois da Rio-92
o velho lema ecologista
“pensar globalmente e
agir localmente” foi
modificado, porque hoje
não basta agir localmente,
mas também globalmente*

Essas redes atuam a partir de interesses específicos e determinados?

De um modo geral, sim. Na América Latina temos o Fórum Brasileiro de ONGs, o Fórum Chileno, que é o Pacto Sul-Americano de Ação Ecológica, e o Fórum Mexicano, apesar de ser ainda um processo incipiente. A articulação das redes não pode mais se dar apenas em termos nacionais ou locais, mas em termos internacionais. A proposta é que essas redes regionais realizem um encontro dentro de dez meses para discutir sua própria agenda e enfrentar as grandes questões que se colocam em cada região, para que, dentro de um ano, possamos realizar outro encontro internacional de ONGs. É necessário buscar formas consensuais de ação, com vistas a potencializar a força e a capacidade de influência das ONGs no cenário internacional. O grupo de trabalho internacional que organizou o Encontro Internacional de ONGs durante o Fórum Global vai tentar dinamizar esses tratados, buscar o

diálogo articulado com as redes regionais.

Para a ONU, tudo o que não é governo, ou seja, o campo do “privado”, é ONG. Qual é o seu entendimento?

Uso o termo ONG dentro do espírito que foi compreendido no Fórum Brasileiro, ou seja, entidades ligadas a questões do meio ambiente e desenvolvimento, comunitárias, religiosas, mas comprometidas com a mudança social e com uma visão crítica do atual modelo de desenvolvimento injusto socialmente e predatório ecologicamente. Essa definição estabelece um certo limite e exclui uma série de entidades que, embora não sendo governo, não se afinam com esses princípios apontados. Na verdade, esse nome ficou, mas não é bom porque se define pela negação.

Como se explicitou essa diferenciação do universo das ONGs no Fórum Global?

Houve realmente muita diferenciação e um choque cultural maior do que se imaginava a princípio, e, evidentemente, muitas tensões e contradições. No Brasil vimos a diferença entre as ONGs ambientalistas e de desenvolvimento, por exemplo. Isso se diluiu um pouco nesse processo porque, pela primeira vez, essas entidades foram obrigadas a dialogar dentro de um mesmo corpo, que foi o Fórum. E o diálogo foi muito positivo pois abriu caminho para conceber a questão ambiental como uma questão social ou vice-versa numa visão de conjunto. Mas é verdade que, no Brasil, há uma tensão entre ambientalistas e entidades de vocação social que trabalham mais com organizações populares, na área de educação, saúde, agricultura. Mas todos aprendemos com o ponto de vista do outro. Muitas vezes fomos obrigados a relativizar nossas perspectivas para vermos o ponto de vista de outras entidades. Houve disputas políticas que deixaram seqüelas e problemas; no entanto, numa visão

histórica, esse processo foi muito enriquecedor para nós. A tensão existiu entre esses diversos tipos de ONG porque as vocações originais são diferentes. Mas prevaleceu, acima dessas contradições, a abertura ao diálogo. Para as ONGs do Norte, a realidade é outra porque, de um modo geral, elas têm muito mais recursos, mais peso junto à sociedade — até mesmo os governos as reconhecem como interlocutoras válidas. Muitas vezes têm recursos oriundos do próprio governo e da sociedade por intermédio de participação voluntária de cidadãos. No Sul, as ONGs são mais fracas e os governos, mais autoritários, as reconhecem menos. No Brasil foi a pressão da ONU que obrigou o governo a aceitar as ONGs como interlocutoras porque era a regra do jogo para a conferência. De um modo geral, as ONGs continuam a não ter peso nas decisões do governo, mas conseguiram uma capacidade de pressão, como entidades da sociedade civil, muito maior do que antes da conferência. As ONGs saíram fortalecidas no plano internacional e nacional.

Como avalia a participação das ONGs na Rio-92?

A Rio-92 colocou muito mais dificuldades para as ONGs do que os encontros preparatórios. Houve uma decisão deliberada de dificultar o trabalho das ONGs, diminuir o impacto da pressão delas, o que acabou acontecendo. Mesmo assim, houve um trabalho articulado junto aos governos e, dependendo do país, mais ou menos importante. Um lobby foi feito, muitas entidades permaneceram exclusivamente no Riocentro e outras estiveram no Riocentro e no Fórum Global. Desse ponto de vista as ONGs abriram uma clareira importante para desvendar o próprio caminho, encontrar as ferramentas para construí-lo, além de pressionar os governos a buscarem formas concretas de manifestação e reprodução da sua solidariedade.

ECOS DO PLANETA FÊMEA

Thais Corral

Uma vigília, à beira-mar, inaugurou o Planeta Fêmea. O toque de alvorada anunciou o que se constataria nos dias seguintes: as mulheres imprimiriam uma nova visão de sua luta que marcou o Fórum Global

A participação do movimento internacional de mulheres nos debates que precederam a Rio-92 e no próprio Planeta Fêmea, ocorrido no Fórum Global, revela um fenômeno singular: este século de lutas do movimento feminista culmina com a emergência do feminino na política internacional. Não é mera coincidência as mulheres terem escolhido o slogan "to make a difference" — "marcar a diferença" — para ilustrar sua participação neste processo. Dito de outra forma, para as mulheres organizadas em coalizões internacionais participar da Rio-92 representou possibilidade única de recuperarem a identidade, o perfil nítido de propostas políticas que tenham um sentido de transformação civilizatória.

O debate população e meio ambiente. A temática população e meio ambiente constituiu-se na prioridade número um da agenda do movimento de mulheres no contexto das atividades da Rio-92: em primeiro lugar, por assumir a legitimidade na discussão do assunto; em segundo, por considerar de fundamental importância obter nas discussões do tema a cooperação do movimento ambientalista, muitas vezes a favor de políticas de controle populacional.

Fica explícito no texto do Tratado de População que as mulheres reagem ao tratamento simplista dado ao

impacto do crescimento populacional sobre o meio ambiente. Argumentam que essas teorias serviram para desviar a atenção das verdadeiras causas do impasse com que se defronta o modelo de desenvolvimento, principal causa da degradação ambiental.

No contexto da Rio-92 as mulheres tentaram contribuir para a complexificação do debate população e meio ambiente, lembrando a governos, *policy makers* e ambientalistas as tremendas marcas que programas de controle populacional irresponsáveis vêm deixando em mulheres do mundo inteiro. A reação a esses programas pode ser entendida na medida em que afetam um direito individual pelo qual as mulheres lutaram durante muitos anos: o direito de controlar o próprio corpo.

Uma agenda do inaceitável. O questionamento ético foi, sem dúvida, o fio condutor dos debates que o Planeta Fêmea acolheu. Um dos apelos mais veementes das mulheres se deu em relação à suspensão dos investimentos militares e das pesquisas e experiências nucleares. A luta pacifista que durante séculos obteve consenso entre as mulheres continua viva. Sua legitimidade fez com que obtivesse o reconhecimento da própria Rio-92, incluindo a visão das mulheres no capítulo da *Agenda 21* sobre militarismo e meio ambiente.

As mulheres reagem também à moderna pesquisa biotecnológica que interfere nas mais íntimas expressões das manifestações da vida. Alertam para os mitos dos resultados dessas tecnologias alardeados como solução dos grandes problemas que a humanidade enfrenta: a fome crescente que assola os países e a crise ambiental. Segundo a ecologista Vandana Shiva, as evidências mostram que essas tecnologias somente

serviram para destruir técnicas ancestrais que diferentes culturas construíram ao longo dos séculos, aumentando o controle que governos e multinacionais vêm desenvolvendo sobre os recursos naturais.

Os tópicos da *Agenda 21* relacionados ao consumo e à transferência de tecnologias ficaram a cargo de redes de mulheres dos países do Norte, e os debates combinaram denúncias a uma estratégia de questionamento filosófico sobre nossa existência que, certamente, não está limitada aos ditames da lógica do mercado. Falou-se das seqüelas que o uso de agrotóxicos provoca sobre mulheres agricultoras. Alertou-se para a responsabilidade das mulheres do Norte enquanto consumidoras de mercadorias produzidas nos países do Sul.

Quanto à questão da transferência tecnológica, as mulheres no Planeta Fêmea discutiram os critérios de quem são os beneficiados, extremamente questionáveis na maior parte das experiências em curso.

O fracasso da civilização masculina que estimulou a realização da Rio-92 determinou também o questionamento da igualdade com os homens que durante décadas pautou a luta do movimento de mulheres. Os valores que sustentam a civilização moderna não tornaram as mulheres nem os homens mais felizes, destruíram a natureza e outras culturas. Esses indicadores concedem às mulheres a possibilidade de falarem com certa autoridade, a partir de outro lugar.

Tudo indica que o prisma feminino será o guia do próximo século. A Rio-92 foi o episódio desencadeador desse processo.

Thais Corral é coordenadora da Rede de Defesa da Espécie Humana (REDEH) e uma das organizadoras do Planeta Fêmea, evento do Fórum Global.

O AVISO DO RETROCESSO

Analisar o cenário político-ambiental do governo Collor, mesmo depois da decretação do "impeachment", não traz perspectivas otimistas. Ao contrário, um quadro de embates políticos se avizinha, para a garantia dos mínimos avanços até aqui alcançados

Márcio Santilli

Muito se falou antes da Rio-92 sobre o seu "day after". Mas ninguém imaginou que, para nós brasileiros, o "day after" pudesse ser tão "dark". O País sofre o atropelo da crise do "impeachment" de Fernando Collor. "Sustentabilidade" adquiriu novos sentidos.

O principal partido de sustentação política do governo Collor, PFL, para ressarcir-se, quer administrar o orçamento em sintonia com as eleições municipais. Assim, as parcas verbas federais devem ser partilhadas entre ministros dignos e outros nem tanto, para tentar barrar a admissão do processo de "impeachment" pela Câmara dos Deputados ou, em qualquer hipótese, "assegurar a governabilidade" até o desfecho da crise.

Também os ministros militares movimentaram a cena política, paparicando e sendo paparicados, simultaneamente, pelo presidente e vice. Negociaram vantagens comparativas quanto à participação da corporação militar, seu pessoal e seus projetos nos recursos federais. Reafirmando, sempre, que não falam em



política, estão aí para também "assegurar a governabilidade", em qualquer hipótese.

O "Aviso Coimbra". Enquanto a CPI descobria novos fantasmas, Marcos Coimbra enviava ao "novo" secretário nacional do Meio Ambiente, Flávio Perri, e ao ministro da Justiça, Célio Borja, um estranho "Aviso nº 745", da Secretaria Geral da Presidência, informando sobre

determinação do ainda presidente para submeter a criação de novas unidades de conservação ambiental e a demarcação de terras indígenas a pareceres prévios do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Empresa Brasileira de Eletricidade (Eletrobrás) e Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa). Tais órgãos apontarão a incidência de interesses militares e

ÁGUA E POLÍTICA AMBIENTAL

Como iniciativa importante na aplicação de uma nova política ambiental, será realizado o Tribunal da Água. Constituirá um foro de opinião, e não deve ser confundido com uma jurisdição oficial. Entretanto, funcionará como um verdadeiro tribunal: sete jurados escolhidos por sua competência nas áreas de direito, economia, geografia; peritos para assessorá-los; garantias de defesa; e prazos estabelecidos. A idéia é incentivar o público a mobilizar-se para exigir o respeito a seus direitos e organizar-se de maneira mais estruturada.

A função do Tribunal da Água será de pronunciar-se sobre dez a doze casos de poluição e mau uso de recursos hídricos (água doce) em todo o País, indicando claramente as responsabilidades dos poluidores e evidenciando as numerosas consequências prejudiciais dos comportamentos analisados. Caberá a qualquer pessoa, grupo de pessoas, associação, instituto, fundação, movimento ou ONG apresentar um caso preciso de poluição de recursos hídricos com indicação de responsáveis e legislação que estimam ter sido desrespeitada.

Os processos poderão ser relativos a fatos ocorridos em qualquer lugar do território nacional, e a seleção obedecerá aos seguintes critérios: relevância do problema, repartição geográfica, qualidade da instrução do processo e respeito aos prazos estabelecidos.

(Contato para: Caixa Postal 5137, CEP 88040-970, Florianópolis/SC).

Fonte: Fundação Água Viva.

econômicos sobre as terras indígenas e as áreas ambientalmente protegidas.

Entre os militantes na questão indígena, o tal "Aviso Coimbra" causou imediato arrepio, pois ressuscitou, de certa forma, o antigo "Grupo", grupo interministerial encarregado da demarcação das terras indígenas durante o governo Sarney, responsável pela redução e esvaziamento do território yanomami em 1988.

A novidade ficou por conta da inclusão das unidades de conservação ambiental no rol das terras cuja proteção ficará sujeita a outros interesses. A criação de "reservas extrativistas" e "florestas nacionais" — áreas destinadas à exploração econômica sustentada — ou de "parques nacionais" ou "reservas biológicas" — destinadas à preservação permanente —, e toda e qualquer forma de submeter áreas determinadas à pro-

teção especial da lei dependerão não mais dos interesses nacionais estratégicos de longo prazo mas, sobretudo, dos interesses mais imediatos do setor público ou privado.

O "Aviso" indica, afinal, a restauração da influência militar nas políticas ambiental e indigenista. É coerente com outros sinais, tais como a retomada do patrulhamento militar sobre a atuação de ONGs que trabalham em áreas indígenas. Destaca-se o incidente ocorrido em 29 de agosto, na aldeia Macuxi, denominada Maturacá (RR), em que os militares que realizavam manobra na fronteira invadiram-na, detendo, encapuzando e removendo para Boa Vista um líder indígena que atuava numa barreira por meio da qual seu povo pretendia impedir o acesso de mais garimpeiros à área indígena.

Outros retrocessos. Outro indício preocupante é a paralisação do processo demarcatório após a circulação do "Aviso Coimbra". Começam novamente a se acumular os processos de delimitação encaminhados pela Funai ao Ministério da Justiça. A adoção dos procedimentos impostos pelo "Aviso" poderá inviabilizar o cumprimento, pelo governo, do prazo constitucional para a conclusão do processo demarcatório, que se encerrará em outubro de 1993.

Sinais de retrocesso também rondam o Ibama, que começa a questionar a participação de ONGs em projetos ambientais e a esvaziar órgãos como o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT). O Ibama tem questionado também o financiamento de componentes indígenas em projetos ambientais, tais como o Plano Piloto de Proteção das Florestas Tropicais, a ser financiado pelo G-7.

Resta destacar a forma pseudojurídica com que os militares lograram psicografar a sua doutrina de segurança nacional nos assuntos referentes às políticas ambiental e indigenista. O tal "Aviso" fundamenta-se em um relatório absurdo, aprovado

pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a propósito de irregularidades no Ibama de Santa Catarina. Nesse extenso relatório, o TCU extrapolou suas competências legais para questionar politicamente as áreas protegidas, sempre orientando-se pela ótica dos interesses militares e econômicos, e para propor a prévia audiência dos órgãos mencionados.

Dessa irregularidade, Marcos Coimbra valeu-se para praticar outra: emitir o tal "Aviso", em nome do presidente, mediante ato burocraticamente irrelevante, destituído de poder normativo e que sequer é objeto de publicação na imprensa oficial. Um bilhete que, de repente, substitui a Constituição.

Contestação e Constituição. Obviamente o "Aviso Coimbra" não ficará sem resposta, mas será contestado pelas ONGs na medida em que estas se derem conta das aplicações dele. Gerará questionamentos judiciais do Ministério Público Federal, sempre que essas aplicações impedirem o cumprimento da Constituição. E já suscita reações dentro do próprio Ministério da Justiça e da Funai, embora o Ibama ainda prefira minimizar o fato. Aliás, o Ibama, de Flávio Perri, também convive bem com as pressões fisiológicas oriundas do PFL.

Assim, a política ambiental posterior à Rio-92 emite sinais de contaminação. O afoito ritmo do retrocesso está sendo determinado pelo "impeachment". O governo Collor já não tem nada a preservar: o seu esforço de marketing em função da Rio-92 foi liquidado pela repercussão da crise geral na imprensa internacional.

Márcio Santilli é filósofo, ex-deputado federal e secretário-executivo do Núcleo de Direitos Indígenas.

N.R.: Este artigo foi escrito antes da aprovação do *impeachment* contra o presidente Collor. No entanto, resolvemos publicá-lo porque várias de suas reflexões são atuais.

DEPOIS QUE A RIO-92 PASSOU

O autor nos mostra de forma crua a realidade da Amazônia após a Rio-92, a qual não muda nada, ou melhor, piora, já que a tendência em 1992 é que o fogo volte a atingir áreas mais extensas, e o narcotráfico, o descaminho do ouro e o comércio de carros roubados atinjam índices maiores

Lúcio Flávio Pinto

O Brasil não ficou no banco dos réus da Rio-92 como o vilão ecológico mundial, mas os resultados da conferência promovida pela ONU podem não ir além das relações públicas. Três meses após o evento, brilhantemente organizado e realizado pelo governo brasileiro — que assim conseguiu retocar sua péssima

imagem anterior —, os técnicos prevêem o recrudescimento da destruição da natureza e da violência na Amazônia, um contraponto às melhores expectativas criadas pela conferência. A realidade amazônica volta a distanciar-se dos bons propósitos firmados no papel.

A Amazônia depois da Rio-92. A volta da Amazônia ao centro da discussão internacional deu-se em 1988, quando o Instituto Nacional de

Pesquisas Espaciais (Inpe) revelou que, no ano anterior, haviam sido derrubadas e queimadas na região 80 mil km² de florestas (e mais 120 mil km² de outras formas de cobertura vegetal, do cerrado aos plantios artificiais). Era o recorde de fogo de toda a história humana, quase quatro vezes maior do que a altíssima média de destruição da natureza alcançada na região ao longo da década de 1980. Equivalia ainda à soma do que fora destruído em toda a faixa tropical do planeta.

Costuma-se atribuir esse incrível salto ao receio dos proprietários rurais de terem suas terras desapropriadas pelo governo. Na época, a inclusão da desapropriação de imóveis produtivos no texto da Constituição era discutido apaixonadamente. Para se precaverem contra uma pos-

A Amazônia das estradas poeirentas e cidades disfarçadas em acampamentos precários nada tem a ver com a das teses acadêmicas e das conversas de gabinetes



J. R. Ripper / Imagens da Terra

sível vitória das esquerdas nessa luta, os proprietários trataram de realizar benfeitorias em seus domínios, garantindo-lhes a caracterização de empresa rural, a única imune às desapropriações.

A partir de 1988 o índice foi caindo. No ano passado ele bateu no ponto mais baixo desde a década de 1970 — 11 mil km² —, número que o governo apurou às pressas para apresentar, aliviado, aos participantes da conferência. Mal eles regressavam a seus países, começaram as previ-

atrativo para maiores queimadas, algumas das quais resultantes de combustão natural, fenômeno novo — e inquietante — na paisagem regional. Haveria ainda o acirramento das tensões entre proprietários e posseiros, com toda a legião de categorias sociais intermediárias, do grileiro ao madeireiro.

O moderno: à distância. Depois de doze anos sem estatísticas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) está fazendo um

Tudo é resultado de um modelo que aposentou a ética e dispensou a contemporaneidade, convicto de que só bandido é capaz de “amansar” a terra

Falar em atividades econômicas auto-sustentáveis ainda parece linguagem de marciano numa região marcada pelo imediatismo, que se considera autorizada a dilapidar o patrimônio da natureza na certeza de que sempre haverá mais recursos estocados adiante, em áreas ainda virgens. O clamor mundial contra a destruição da abundância de vida que pode haver dentro de 80 mil km² queimados não alcança a mentalidade dos agentes desse tipo de ação. Eles acham que o dia de estabelecer procedimentos racionais, inteligentes e auto-sustentáveis ainda não chegou. A terra só será “amansada” pela lógica do bandido. Haverá o momento de chegar o mocinho, mas não é agora.

Essa “filosofia” foi consagrada no mais célebre dos documentos oficiais sobre a Amazônia, o II Plano de Desenvolvimento (IIPDA), elaborado pela Sudam para ter vigência entre 1975 e 1979, a imperial era do general Geisel. O II PDA dizia que, para crescer rapidamente, a Amazônia teria que se desenvolver desequilibradamente, em meio ao caos. Mas os tecnocratas, sempre à mão, tratariam de, mediante planejamento, corrigir essas distorções. Elas se multiplicaram, crescendo como ameabas. As correções se mostraram mecanismos débeis.

Em 1992, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) — principal empresa da Amazônia — deverá faturar, sozinha, mais de um bilhão de dólares no Pará com minério de ferro, bauxita, manganês e alumínio. É quase tanto quanto deverá arrecadar,

DAS CINZAS AO PÓ

Os países latino-americanos, após amargarem, em diferentes intensidades, períodos de ditaduras militares, estão agora presenciando o crescimento da tirania de grupos paramilitares que exploram e promovem o narcotráfico. O fato é que podemos estar testemunhando um potencial processo de insolvência jurídica de um determinado modelo de organização política dos estados nacionais na América Latina.

Historicamente, essa situação se agravou, a partir do segundo pós-guerra, com a intensificação do processo de deterioração dos termos de troca. Assim, países como Colômbia e Bolívia, que já possuíam

conhecimento e amplo domínio na produção da matéria-prima para os narcóticos, vêm nesta atividade um negócio muito mais rentável do que a produção do café ou qualquer outro produto primário.

O que norteia a recente atuação no combate internacional (vide EUA) ao comércio de drogas não é a aplicação de uma política que resulte na restauração de conceitos morais, éticos e na recuperação do respeito à Lei, mas razões econômicas.

Fonte: Extraído do artigo de José Luiz Villar Mella, “O império da droga”, publicado em Cadernos do Terceiro Mundo, nº 137, 1991.

sões, até mesmo de técnicos do Inpe, de que em 1992 a tendência declinante será revertida e o fogo voltará a atingir áreas mais extensas. A expectativa parece em conflito com a situação recessiva da economia brasileira e a descapitalização dos proprietários rurais.

Os que a sustentam explicam que mais uma vez os fazendeiros estão apreensivos com o plano de reforma agrária aprovado pela Câmara dos Deputados (agora sob o exame do Senado), que forçaria o governo a reutilizar o instrumento da expropriação de imóveis particulares. Outro fator seria o prolongamento da estiagem do verão amazônico, um

novo recadastramento rural. Mesmo sem uma base de dados atualizada, pode-se presumir que reduziu-se o universo de empresas rurais na Amazônia, sinal de que a modernização não chegou às relações de produção. Nesse período também diminuiu a quantidade de grupos estrangeiros atuando no campo. Várias multinacionais preferiram debandar da fronteira. Da mesma maneira, contraíram-se projetos agropecuários implantados com a colaboração financeira da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A entidade chegou a apoiar mil fazendas, mas 40% dos projetos jamais saíram do papel.

“O POVO DE DEUS RENASCENDO DAS CULTURAS OPRIMIDAS”

8º Encontro Intereclesial das CEBs do Brasil
Santa Maria, 8 a 12 de setembro de 1992

Os encontros nacionais das Comunidades Eclesiais de Base têm-se constituído em momentos muito significativos para as igrejas e os movimentos sociais no Brasil. O 8º Encontro veio confirmar essas expectativas. Superando o momento de crise da conjuntura nacional vivenciaram-se, com muito entusiasmo, celebrações repletas de simbologia, manifestações de maturidade, tensões positivas e indicações de novos desafios.

O relacionamento fé e cultura, ponto central do encontro, mostrou-se muito mais complexo do que se imaginava. Ficou comprovado que a reflexão acumulada sobre a questão, sob as perspectivas teológica, eclesiológica e antropológica, ainda é insuficiente para uma compreensão mais abrangente da temática.

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI, ao divulgar a carta oficial do 8º Intereclesial, pretende contribuir para que as igrejas e a sociedade brasileira tomem conhecimento das esperanças, questões e compromissos que estão sendo assumidos pelas CEBs, e que se associem nessa caminhada de busca de novos tempos, mais justos e mais alegres, para o povo de nossa terra e de nosso continente.



As plenárias do 8º Encontro foram repletas de vibração e entusiasmo

QUERIDAS IRMÃS E IRMÃOS DA CAMINHADA E DA ESPERANÇA!

Nós, participantes do VIII Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, escrevemos esta carta para partilhar com vocês algo do que vivemos, celebramos e com que nos comprometemos. O encontro realizou-se aqui em Santa Maria, Rio Grande do Sul, de 8 a 12 de setembro. Este já é o oitavo encontro que expressa o amadurecimento de uma longa caminhada. Ele se realiza neste momento tão grave de crise nacional. Como todo o povo brasileiro, estamos numa busca de saída ética e democrática.

1. QUEM SOMOS E O QUE FIZEMOS?

Somos 2.238 delegadas e delegados do Brasil e 88 de outros países da América Latina e do Caribe, representando nossas comunidades. A presença e a atuação das mulheres foi marcante e significativa. Participaram conosco 106 irmãs e irmãos de igrejas evangélicas, 43 índios, 1 pajé, 2 pais-de-santo e 1 mãe-de-santo, 30 irmãos de outros

continentes: Ásia, África e Europa. Participaram 50 assessoras e assessores. Estiveram presentes 98 bispos que nos acompanharam, assim como 35 pastoras e pastores, e muitos padres e religiosas. Recebemos cartas de apoio, inclusive uma carta do Papa, que nos fortalece na caminhada. Havia 1.450 pessoas nas equipes de serviço. Fomos acolhidos com muita hospitalidade nas casas do povo de Santa Maria. Tudo isso já foi uma experiência de comunhão que ficará para sempre em nossa lembrança.

Às igrejas e ao povo de Santa Maria, nossa gratidão!

O assunto do nosso encontro foi: "O povo de Deus renascendo das culturas oprimidas". Mais que uma simples reflexão, fizemos uma experiência de evangelização a partir dos povos e culturas oprimidas. Por isso houve alguns momentos fortes de tensão e de sofrimento. Tudo o que é novo nasce com dor de parto, mas também traz alegria. Nosso encontro foi uma grande celebração, com muitos momentos de alegria e festa, de confraternização e comunhão.

É difícil comunicar tudo o que vivemos e descobrimos. Mas queremos partilhar os pontos mais importantes, como boa-nova de Jesus Cristo que enche o nosso coração.

2. O CAMINHO DAS NOSSAS REFLEXÕES

O cativo que se criou e que já dura 500 anos

Nestes dias refletimos sobre os últimos 500 anos da história do Continente, e constatamos que foram um longo cativeiro, mais longo que o cativeiro da Babilônia. Os opressores diziam que nossos deuses eram falsos; nossos

ritos, superstição; nossos mitos, heresia; nossos costumes, pecado. As mulheres continuam sendo tratadas como objetos. Fomos espancados e marginalizados, e fizeram de nós um povo de migrantes. Chegamos a rebelar-nos contra eles. Eles pareceram mais fortes, mas não nos conseguiram vencer: “somos brotos de velhas raízes”.

E agora moramos nas roças, em favelas e cortiços, nas periferias das cidades, e fomos reduzidos à mão-de-obra barata. Vivemos de um biscate ou de um salário que não consegue matar nossa fome. Somos gente sem terra, sem comida, sem saúde, sem moradia. Somos a massa sobrando. E ainda temos que ouvir, diariamente, que somos gente preguiçosa, sem cultura e sem educação.

A cruz de Cristo foi usada como cabo da espada que nos matava em nome de Deus. E as igrejas eram enfeitadas com o ouro, tirado da terra com o preço de nosso sangue. Mesmo assim, não conseguiram destruir nossas raízes religiosas e nossa fé no Deus da vida!

O novo que estamos descobrindo

Tudo isso nos foi feito. Mas com a ajuda da Bíblia conseguimos ouvir a voz de Deus que já vinha de longe, já estava dentro das nossas tradições, e nos dizia: “Vocês são os meus servos! Vocês são as minhas preferidas! Eu os escolhi!” (Is 41.9; 42.1). E dizia ainda: “Consolem meu povo! Consolem meu povo! Chegou ao fim o cativeiro!” (Is 40.1-2). A Bíblia nos ajudou a descobrir que Deus estava conosco e nos falava pela vida!

Nestes dias, mais uma vez, partilhando nossas experiências, ficou claro para nós que temos uma missão a cumprir. Muitos pensam que nossa vida não tem valor, mas temos certeza do chamado de Deus, do Deus de sempre! (Is 49.3-4). O Deus de nossos Pais, que vem recebendo tantos nomes carinhosos: Tupã, Olorum, Elohim, Pai, Mãe, Pachamama. Ele não nos abandonou! Ao longo do caminho, no meio da nossa luta, Ele se deu a conhecer a nós como Deus-conosco na pessoa de Jesus (Lc 24.31). Foi um grande Pentecostes!

Douglas Mansur / Imagens da Terra



Na celebração preparada pelos evangélicos houve destacada participação das pastoras

Partilhamos a alegria da experiência que fazemos do Deus que vem caminhar conosco e manifesta sua presença nos nossos diferentes povos e culturas, nas lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, na caminhada dos migrantes, na participação das mulheres, na resistência dos negros e dos indígenas. Esta é a boa notícia que anunciamos a todos vocês, aqui, de Santa Maria.

3. O COMPROMISSO QUE ASSUMIMOS

1. Nós nos comprometemos, em solidariedade com os INDÍGENAS, a lutar pela demarcação de suas terras e pela sua autonomia, e a respeitar suas expressões religiosas como primeiro passo de um processo de inculturação do Evangelho. Que o resgate das culturas massacradas seja feito pelos próprios indígenas com o acompanhamento solidário dos agentes comprometidos com a causa indígena.
2. Nós nos comprometemos, em solidariedade com os NEGROS, a respeitar as diferenças das culturas e a lutar para que possam expressar sua fé, de maneira própria, na Igreja. Nós, NEGROS, assumimos nossa negritude na Igreja e na sociedade, mantendo viva nossa memória de resistência ontem e hoje, nos quilombos, terreiros, irmandades, lutas e organizações negras.
3. Nós nos comprometemos, em solidariedade com as MULHERES, a lutar por uma Igreja na qual a mulher tenha igualdade de direitos e seja respeitada em sua identidade feminina. E nós, MULHERES, afirmamos nosso direito de participar em todos os níveis de decisão e poder. Comprometemo-nos a lutar pela autovalorização de nosso corpo, redescobrimo a nossa sexualidade, construindo o novo nas relações homem-mulher. Queremos ser reconhecidas nos ministérios que já exercemos. Nosso empenho deve ser, mais ainda, pela conquista não apenas das assembleias e tribunas mas também dos altares e dos púlpitos. É fazendo que se aprende! O que não está oficializado se oficializa na prática!

4. Somos todos TRABALHADORES. Temos em comum a experiência de criar a vida e ser empobrecidos. Nós nos comprometemos a fazer da democracia a raiz do nosso comportamento na família e na comunidade. Participando plenamente na luta dos partidos comprometidos com a causa do povo, queremos fazer da democracia também a raiz da sociedade na política e na economia. A Igreja tem o papel de assumir e celebrar esta democratização e de formar cristãos para realizá-la. Celebrando os Sacramentos a partir da vida do povo, ela ilumina e anima, com a Bíblia, as diferenças da cultura e as lutas por vida abundante para todos.

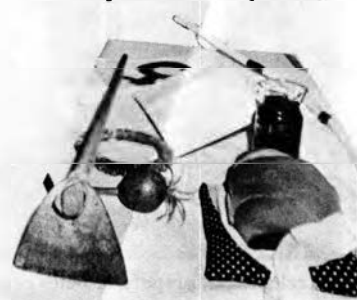
5. Nós nos comprometemos, em solidariedade com os MIGRANTES, a lutar para que a Igreja seja um lugar acolhedor onde todos se sintam em casa, uma Igreja que dê apoio ao movimento popular, fortaleça a luta pela reforma agrária e urbana e promova uma espiritualidade da terra. Uma Igreja na qual se viva o ecumenismo na prática e as diversas confissões e culturas, partindo da sua fé comum no Deus na Vida, procurem unir-se em defesa da vida do povo.

Foi uma grande alegria a experiência do encontro com tantos companheiros e companheiras de países latino-americanos, caribenhos, africanos e asiáticos, assim como a presença solidária de irmãos do Primeiro Mundo.

Nova esperança nasceu para nós. Novos desafios surgiram pela frente. Como os discípulos de Emaús, cheios de coragem no meio da noite, voltamos para Jerusalém, para nossas COMUNIDADES.

O Senhor está vivo! A caminhada continua!

Douglas Mansur / Imagens da Terra



de impostos, o próprio estado. Para ficar em terceiro lugar entre os maiores exportadores do País, atrás apenas de São Paulo e Paraná. Entretanto, 60% da população de sua capital ganha menos de um salário mínimo e vive em áreas sujeitas à inundação, enquanto boa parte dos habitantes do interior, mesmo à volta dos grandes empreendimentos da CVRD, não dispõe de água tratada para beber.

De cada seis paraenses em idade de trabalhar, apenas três conseguem emprego. De três que efetivamente trabalham, um é absorvido por atividades regulares, enquanto dois vivem na economia informal. Da informalidade à marginalidade tem sido menos do que um passo. A receita que a estatal CVRD espera alcançar com as vendas de produtos minero-metalúrgicos para o exterior, o narcotráfico, o descaminho de ouro e o comércio de carros roubados deverão igualar neste ano. Os três são, geralmente, negócios conexos, frequentemente conduzidos pelos mesmos agentes. O ouro já foi o elemento mais dinâmico desse trio, posição que o tráfico de drogas vem assumindo nos três últimos anos.

Submundo emergente. A penetração da cocaína deve ser medida não por números e relatórios oficiais, com tendência a subestimar o problema, mas por alguns fatos. Em 1990 o senador Olavo Pires foi assassinado no centro de Porto Velho, com 15 tiros, quando participava da campanha eleitoral como candidato favorito ao governo de Rondônia. Pires fazia parte de uma rede de tráfico integrada também pelo deputado Jakes Rabelo, descoberto quando o irmão foi preso com 500 quilos de cocaína em São Paulo e uma carteira fraudulenta da Câmara Federal. O assassinato do senador, “justificado” por tentar enganar os parceiros, teria sido planejado numa fazenda que Márcio Martins Costa possuía no extremo sul do Pará. Alguns meses de-

pois, Márcio, mais conhecido como *Rambo* por suas façanhas na selva, foi executado pela Polícia Militar paraense, que promoveu uma operação em grande estilo contra a sede dos garimpos de ouro controlados por Márcio. Segundo algumas testemunhas, ele foi morto sem ter ao menos a oportunidade de se entregar à tropa.

Em dezembro do ano passado, o jovem empresário Bruno Meira Mattos foi assassinado nas proximidades de Belém. Bruno freqüentava as colunas sociais da imprensa paraense como integrante de uma das mais tradicionais famílias da cidade, mas sua rápida fortuna havia sido conseguida graças ao seu papel de intermediário do narcotráfico. Sua agência de câmbio lavava os dólares provenientes do tráfico de drogas e esquentava as atividades ilícitas. O negócio movimentara 100 milhões de dólares em 1991.

O maior impacto, porém, viria neste ano, quando um empresário igualmente jovem (29 anos) e até então ilustre desconhecido, Augusto Morbach, se veria envolvido em dois episódios dos quais participava o cartel de Cali, na Colômbia, o segundo maior do mundo em cocaína. Um avião fretado por Morbach a uma empresa brasileira de taxi aéreo caiu no México com quase mil quilos da droga, carga recorde nos registros oficiais. Um mês depois o próprio empresário foi preso com quase 4 milhões de dólares (na versão da Polícia Federal, ou 6 milhões, de acordo com Morbach), em notas de baixo valor, em São Paulo. De público,

Morbach diz que esse dinheiro originou-se do comércio de pedras preciosas e de armas, mas não convence.

De ocupada e marcada pela “filosofia” do pioneirismo, a Amazônia está abrigando o deslocamento da frente colombiana, pressionada pelos Estados Unidos, e servindo de passagem ao fluxo de droga que parte da Colômbia, Bolívia e Peru para os Estados Unidos e a Europa, através do Suriname. Atividades lícitas são apenas fachada para esses negócios ilegais, e boa parte do dinheiro

J. R. Ripper / Imagens da Terra



que circula no mercado tem o carimbo da criminalidade. É o resultado lógico de um modelo que aposentou a ética e dispensou a contemporaneidade, convicto de que só bandido é capaz de “amansar” a terra. Quando o futuro corretivo chegar, talvez já não haja mais tempo para pensar em futuro. A Amazônia das estradas poeirentas e das cidades disfarçadas em acampamentos precários nada tem a ver com a das teses acadêmicas e das conversas de gabinetes.

Lúcio Flávio Pinto é jornalista, editor do *Jornal Pessoal*.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESCOLA E MOVIMENTO

Maria Cecília Iório, Lais Menezes e Vera Masagão Ribeiro

A constatação do alto grau de degradação ambiental existente no planeta coloca para a sociedade o desafio de efetuar mudanças em todos os níveis de relacionamento do homem com o meio.

As atenções se dirigiram para a educação ambiental diante da necessidade de alteração de valores e padrões de ação relativos ao ambiente e de formação de uma nova consciência — tanto individual como coletiva — que viabilizasse sociedades ecologicamente equilibradas.

Assim, organismos governamentais e entidades da sociedade civil de alguns países iniciaram discussões e implementaram projetos de educação ambiental junto a vários espaços, entre os quais a rede escolar.

Todo esse processo gerou um acúmulo, que pode ser percebido no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, aprovado pelas

A apropriação de conteúdos oriundos dos movimentos sociais, em direção a iniciativas políticas e culturais para o conjunto da sociedade, passa pela escola. Nesse contexto, situa-se a proposta de educação ambiental desenvolvida no sul do Brasil

ONGs e movimentos sociais durante o Fórum Global. É interessante observar que, nesse tempo, questões foram-se impondo e se, inicialmente, a preocupação era com a sociedade ecologicamente equilibrada, hoje se agregam como pré-requisitos à sustentabilidade a justiça, a democracia e a equidade.

Mas introduzir a educação ambiental nas escolas significa, antes do que grandes novidades nos currículos, uma revisão de conceitos ensinados e, mais precisamente, um processo de reflexão dinâmico que coloque a necessidade de reintegração da escola à vida cotidiana da comunidade, do município, enfim, do espaço e das relações que compõem o dia-a-dia dos indivíduos.

Sociedade e ambiente. No Brasil, inúmeros movimentos sociais têm surgido nas últimas décadas, lutando por democracia e condições de vida. São posseiros, pequenos agricultores, seringueiros, meninos e meninas de rua, sem-teto, sem-terra, mulheres, enfim, uma infinidade de atores que, ao lutarem por sua existência física, ocupam espaço no restrito cenário político brasileiro. Esses movimentos são portadores de muitos conhecimentos, alguns repassados na luta pela sua manutenção e outros, resultado da necessidade de entenderem os planos e estratégias de seus opositores para melhor enfrentá-los. Tais conhecimentos, produzidos a muitas mãos, são fruto de relações entre os próprios movimentos, destes com ONGs, de informações vindas de outros países por organismos da sociedade civil que dizem respeito à integridade da relação do homem com o ambiente.

Essas experiências e conhecimentos representam elementos fundamentais para o desenvolvimento de propostas de educação ambiental em sintonia com os acontecimentos

Arquivo da CRAB



Curso em Severiano de Almeida / RS

da vida política do País e os reflexos no ambiente. Os educadores devem estar atentos a isso pois indica formas revigoradas de ensinar, captando a dimensão social e política de elementos ainda ausentes do cotidiano escolar.

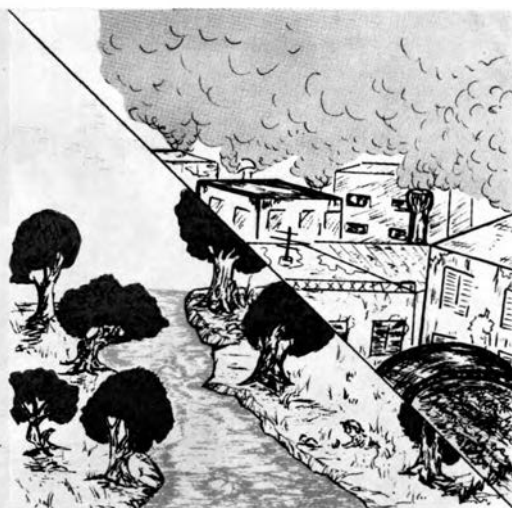
A escola precisa deixar-se permeiar pela sociedade, dialogando com os sujeitos sociais concretos que, relacionados de um modo ou de outro às questões ambientais, disputam as orientações desse campo.

Uma experiência em curso. Recentemente, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e o Movimento de Atingidos por Barragens – CRAB realizaram uma experiência educativa no âmbito da rede escolar, na qual podem-se comprovar as ricas possibilidades do diálogo entre movimento social e escola, desenvolvendo um projeto de educação ambiental para professores das redes públicas de ensino da região da bacia do rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A CRAB constitui um movimento que articula a população, predominantemente camponesa, atingida por um conjunto de 32 usinas hidrelétricas planejadas pela Eletrobrás para a região. Inicialmente, o Movimento de Atingidos reivindicava o esclarecimento da população por parte da Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás, e a indenização justa das terras a serem desapropriadas. Depois, à medida que vivenciou as dificuldades de interlocução com a empresa e aprofundou os conhecimentos sobre os problemas socioambientais dessas grandes hidrelétricas, o Movimento passou a questionar a política energética do governo. O embate político se ampliou, evidenciando-se distintas visões sobre alternativas de desenvolvimento para a região e o País. A consideração dos problemas sociais e ambientais específicos, por parte da CRAB, passou a fazer frente ao discurso genérico do

Educação Ambiental,

construa
essa idéia.



Capa do folheto de propaganda elaborado pelo MAB / CRAB para o Projeto de Educação Ambiental

Se, inicialmente, a preocupação era com a sociedade ecologicamente equilibrada, hoje se agregam à sustentabilidade a justiça, a democracia e a equidade

“progresso”, do qual a empresa sempre lançara mão.

Desde sua criação, a CRAB tem estruturado programas de formação em diversos níveis sobre as questões energética, ecológica e social e a organização popular, destinados a seu público preferencial, os atingidos. Nesse contexto, avaliou-se que era importante buscar outras formas de ação pelas quais informações e conhecimentos obtidos nesses anos de luta contra o governo e o setor elétrico pudessem, somados a outros, ser socializados para um número maior de pessoas. As escolas públicas apareceram, então, como lugar estratégico de intervenção dado seu papel multiplicador.

(Des)educação ambiental. Essa iniciativa da CRAB e do CEDI junto com as prefeituras municipais no campo da educação ambiental tem um contraponto importante. A Eletrosul, pressionada pela necessidade

de legitimar-se junto à opinião pública e às agências de financiamento internacional, vem assumindo missões “simpáticas” de promover a educação e defender o verde, além de construir barragens. No entanto, a maioria dos projetos da empresa nessa área é bastante vaga, e vários, por falta de recursos, não saíram ainda do papel.

Todavia, algumas dessas iniciativas já concretizadas exemplificam como a empresa concebe a educação ambiental, o que nos permite ver como ela pode ser exercida como deseducação, omissão e mascaramento da realidade. Algumas cartilhas ambientais que a empresa produziu para distribuição nas escolas da região trazem um amontoado de definições formais do tipo “o que é biota”, ou regras de comportamento como “lave as mãos antes de comer”; as ilustrações denunciam uma dona de casa causando poluição sonora com uma vitrola ou, como moral da história, mostram a árvore sorridente, o homem, a raposa, o coelho e outros bichinhos abraçados num círculo fraterno. E, por incrível que pareça, essas cartilhas não fazem nenhuma referência à questão energética, às barragens, aos problemas socioambientais que provocam e às possíveis formas de enfrentá-los, situação que em breve existirá na região.



Professores
reunidos no
curso em
Marcelino
Ramos / RS



A educação ambiental para a cidadania. Como forma de crítica propositiva a esse tipo de enfoque ambientalista, o objetivo do projeto foi difundir uma visão mais contextualizada e, portanto, politizada da questão ambiental, ampliando e fortalecendo as relações do Movimento de Atingidos com outros atores sociais atuantes nessa área. O projeto incluiu a produção de um livro (ver resenha nesta edição) sobre educação ambiental e a realização de cursos, inicialmente nos municípios atingidos pela Barragem de Itá, única das hidrelétricas planejadas já em fase de construção. Para participarem na elaboração e execução, foram chamadas diversas instituições, ONGs voltadas à educação popular ou à ecologia, sindicatos de professores, universidades regionais e Secretarias Municipais de Educação. A primeira série de cursos ocorreu nos

municípios de Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, com o apoio das respectivas prefeituras.

Ainda como parte das atividades, organizou-se um debate entre técnicos do Setor de Meio Ambiente da Eletrosul e militantes da CRAB a respeito dos efeitos ambientais da construção da Barragem de Itá e das medidas mitigadoras propostas pela empresa. Esse debate, sem dúvida, foi o ponto alto do curso, quando os professores, munidos das informações necessárias, puderam vivenciar e analisar o embate entre duas perspectivas absolutamente divergentes sobre um problema real que lhes diz respeito diretamente. Finalmente, referenciadas aos temas estudados e à própria vivência do debate, foram apresentadas sugestões didáticas que enfatizam uma abordagem social e política dos problemas do meio

ambiente, situando a educação ambiental numa concepção mais ampla de educação para a cidadania.

As impressões colhidas junto aos envolvidos nessas primeiras experiências foram bastante animadoras, talvez pelo fato de que esse tipo de iniciativa seja um tanto *sui generis* no campo dos movimentos populares. Normalmente, tomados por tarefas imediatas e reivindicações específicas, falta de quadros ou incapacidade de saírem de círculos restritos, os movimentos não conseguem avançar de suas motivações de origem para proposições políticas e culturais que digam respeito à sociedade como um todo. Levar uma expe-

Educação ambiental nas escolas significa, antes do que grandes novidades nos currículos, uma revisão de conceitos ensinados

riência como esta exige um grau considerável de organicidade e maturidade política, desafios postos para os movimentos sociais e ONGs.

Se os movimentos sociais jogam um papel importante para nos reapropriarmos da terra, da água e das florestas, das ruas ou do direito à voz, eles encerram também potencialidades para nos reapropriarmos da escola e do saber que legaremos às gerações vindouras.

Maria Cecília Iório é socióloga e integra a equipe do Programa Movimento Camponês e Igrejas. Lais Menezes, economista, é integrante do Projeto Especial de Meio Ambiente. Vera Masagão Ribeiro é educadora e pertence ao Programa de Educação e Escolarização Popular. Todos os programas são do Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI.

OS COMPROMISSOS DO ENCONTRO DA TERRA

O que aconteceu e o que foi decidido



FÓRUM GLOBAL

No Aterro do Flamengo, durante o Fórum Global, o primeiro do gênero, ocorreram mais de 500 eventos entre conferências, encontros, painéis, discussões e performances. Nunca organizações e ativistas com interesses e culturas tão diferentes se encontraram, reunindo Sul e Norte, pobre e rico, índios, ambientalistas, desenvolvimentistas, religiosos, mulheres. Estimam-se números como: 9.358 ONGs participantes, 171 países e 20.190 pessoas inscritas e cerca de 500 mil visitantes durante os 15 dias de atividades.

O Fórum Internacional de ONGs, denominado *Compromissos para o Futuro* constituiu-se em um dos muitos eventos do Fórum Global. Reuniu 3.180 participantes, representando 1.300 organizações, que realizaram reuniões em oito tendas no Aterro e no auditório do Hotel Glória. O objetivo fundamental foi o de construir novos mecanismos de cooperação e articulação entre as ONGs na busca de soluções para os problemas do meio ambiente e desenvolvimento. A concretização desse objetivo foi expressa na elaboração da *Carta da Terra* e de 36 tratados, com compromissos e ações da sociedade civil, muitos dos quais subestimados ou esquecidos pela Conferência Oficial.



Símbolo do Fórum Global



RIO-92

Fruito de um trabalho de preparação que durou dois anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. O evento reuniu 178 países e 114 chefes de Estado, além de representantes de 1.600 ONGs na qualidade de observadores.

Durante duas semanas (1ª a 14/6/92) os governos aprovaram cinco documentos: a *Declaração do Rio*, com 27 princípios sobre obrigações ambientais e direito ao desenvolvimento; a *Agenda 21*, um programa de ação para o desenvolvimento sustentável que inclui: mudanças climáticas, erosão, desertificação, desmatamentos, resíduos tóxicos, pobreza, modelos de consumo, habitação, saúde, transferência de tecnologia, entre outros; a *Convenção sobre Alterações Climáticas*, assinada por 154 países, para a proteção da atmosfera e controle da emissão de gases; a *Convenção sobre a Biodiversidade*, com o mesmo número de assinaturas, excetuando-se os Estados Unidos, para a proteção da diversidade de plantas e animais; e a *Declaração sobre Florestas*, que estabelece regras para o comércio internacional de produtos florestais e usos múltiplos.

É importante ressaltar que muitos dos princípios e normas de comportamento acordados na Rio-92 nunca haviam sido globalmente aceitos anteriormente. Mas as questões mais polêmicas ainda persistiram, e ficou notória a falta de compromissos concretos por parte dos países do Norte, que não assumiram responsabilidades diferenciadas quanto aos recursos financeiros para viabilizar o desenvolvimento sustentável.



EM NOSSAS MÃOS

Símbolo da Rio-92

É importante ressaltar que muitos dos princípios e normas de comportamento acordados na Rio-92 nunca haviam sido globalmente aceitos anteriormente. Mas as questões mais polêmicas ainda persistiram, e ficou notória a falta de compromissos concretos por parte dos países do Norte, que não assumiram responsabilidades diferenciadas quanto aos recursos financeiros para viabilizar o desenvolvimento sustentável.



FORUM GLOBAL

CARTA DA TERRA

PREÂMBULO

Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós honramos a Terra, como lar de todos os seres vivos. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza e diversidade de vida. Nós louvamos a Terra, pela

sua capacidade de regeneração, sendo a base de toda a vida. Nós reconhecemos a especial posição dos povos indígenas da Terra, seus territórios e seus costumes, e sua singular afinidade com a Terra. Nós reconhecemos que o sofrimento humano, pobreza e degradação da Terra são causados pela desigualdade do poder. Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade. Nosso lar comum está crescentemente ameaçado.

Assim sendo, levando em consideração sobretudo as necessidades especiais das mulheres, povos indígenas, do Sul, dos diferentemente capacitados e de todos aqueles que se encontram em situação de desfavorecimento, nos comprometemos a:

PRINCÍPIOS

- Nós concordamos em respeitar, favorecer, proteger e restaurar os ecossistemas da Terra para assegurar a diversidade biológica e cultural.
- Nós reconhecemos nossa diversidade e nossa afinidade comuns. Nós respeitamos todas as culturas, afirmamos os direitos de todos os povos à satisfação das necessidades ambientais básicas.
- A pobreza afeta a todos nós. Nós concordamos em alterar os estilos não-sustentáveis de produção e consumo para assegurar a erradicação da pobreza e da exploração da Terra. Reconhecemos historicamente que o débito e os fluxos financeiros do Sul para o Norte, assim como a opulência e a corrupção, são suas causas primárias. Nós devemos enfatizar e aperfeiçoar nossa capacidade endógena para criação de tecnologia e para o desenvolvimento. Os esforços para erradicar a pobreza não constituem um mandato para degradação do meio ambiente, como também os esforços para preservar e restaurar não deverão ignorar as necessidades humanas básicas.
- Nós reconhecemos que as fronteiras nacionais não coincidem com a realidade ecológica da Terra. A soberania nacional não significa a exoneração da responsabilidade coletiva de preservar e restaurar os ecossiste-



mas. As práticas comerciais e corporações transnacionais não deverão causar degradação ambiental e deverão ser controladas visando a justiça social, o comércio equitativo e ecossolidário.

- Nós rejeitamos o militarismo e o uso de pressões econômicas como meio de resolução de conflitos. Comprometemo-nos a perseguir a paz genuína, que não significa meramente abster-se da guerra mas inclui a erradicação da pobreza, a promoção da justiça social e do bem-estar econômico, espiritual, cultural e ecológico.
- Nós concordamos em garantir que os processos de decisão e seus critérios sejam claramente definidos, transparentes, explícitos, acessíveis e equitativos. Aqueles cujas atividades possam afetar o meio ambiente devem provar primeiro que não causarão prejuízos. Aqueles que provavelmente sejam afetados, particularmente as populações do Sul e aqueles que estão subjugados dentro dos Estados, devem ter acesso livre a informações e efetivamente participar dos processos decisórios.
- Estados, institutos, corporações e povos que degradam desigualmente o meio ambiente, causando impactos que são sentidos igualmente por toda a Terra, devem responder pelos prejuízos desta degradação proporcionalmente. Embora todos sejamos responsáveis por melhorar a qualidade ambiental, aqueles que se apropriaram e consumiram a maioria dos recursos da Terra ou os que continuam a fazê-lo devem cessar tal apropriação indébita ou reduzir os níveis de consumo, arcar com os custos de restauração e preservação por meio dos recursos financeiros e tecnológicos de que dispõem.
- As mulheres constituem a maioria da população da Terra. Elas são uma força poderosa para a transformação. Elas contribuem para a maioria dos esforços para se alcançar o bem-estar. Homens e mulheres concordam que o status das mulheres nos processos de decisão deve refletir equitativamente sua contribuição. Nós devemos substituir uma sociedade dominada por homens por outra que reflita, mais acuradamente, o valor das contribuições de homens e mulheres na promoção do bem-estar humano e ecológico. Nós chegamos a um tal grau de ameaça à biosfera que sustenta toda a vida na Terra, a uma tal velocidade, magnitude e escala, que nossa inação seria negligência.

PLANO DE AÇÃO PARA A CARTA DA TERRA

- Comprometemo-nos a adotar o espírito e os princípios da *Carta da Terra* em termos individuais e por meio de ações concretas de nossas ONGs.
- Nós utilizaremos os mecanismos existentes e/ou criaremos uma Rede Internacional de Informações entre os signatários para divulgar a *Carta da Terra* e as conquistas dos princípios aos níveis local, nacional e global.
- A *Carta da Terra* será traduzida para todas as línguas do planeta.
- Comprometemo-nos com o "Objetivo 1995", e propomos que as Nações Unidas, ao completarem 50 anos, adotem a *Carta da Terra*.
- ONGs do mundo inteiro iniciarão uma campanha associada chamada "Nós somos a Terra", até 1995, pela adoção da *Carta da Terra*.
- Toda organização individual, corporação e Estado deverá dedicar um percentual de seu orçamento operacional e de seus lucros como um Percentual da Terra, dedicado à proteção, restauração e manejo dos ecossistemas globais e à promoção do desenvolvimento equitativo.
- Nós convocamos um segundo Fórum Global para 1999, a fim de avaliarmos e reafirmarmos nossos compromissos com os vínculos estabelecidos, com as realizações e os objetivos pretendidos no Fórum Global de 1992.

TRATADOS: COMPARTILHAR RESPONSABILIDADES

Uma das formas mais significativas do trabalho das ONGs no Fórum Global foi a elaboração de 36 tratados, os quais destacamos em seguida. Mencionamos apenas os principais compromissos indicados e assumidos pelos participantes, como alternativas concretas de transformação do nosso *modus vivendi*.

MODELOS ECONÔMICOS ALTERNATIVOS

Um modelo alternativo deve ser baseado na relativa auto-suficiência das comunidades, regiões e nações. O Estado deverá ser trans-

formado em um agente facilitador do sistema econômico, que genuinamente represente e sirva ao desejo das pessoas, promovendo estratégias de desenvolvimento e autoconfiança centradas nas comunidades.

CONSUMO E ESTILO DE VIDA

Será necessário desenvolver novos valores culturais e éticos, transformar estruturas econômicas e reorientar nossos estilos de vida. Os padrões de consumo e produção equitativos e ecologicamente sustentáveis devem ser

coerentes com seis princípios básicos, que se aplicam a produtores e consumidores: revalorizar, reestruturar, redistribuir, reduzir, reutilizar e reciclar.

BANCO TECNOLÓGICO

A criação de um Banco Tecnológico será concebida como um novo meio de utilizar as experiências tecnológicas, humanas, sociais e culturais que estão disponíveis por todo o mundo e deverão ajudar os países do Terceiro Mundo na luta contra a pobreza.

EMPRESAS TRANSNACIONAIS

Este tratado propõe uma regulamentação democrática da conduta das empresas transnacionais, as quais terão a obrigação de respeitar a soberania nacional, a saúde e os direitos ambientais do público e abster-se de atividades tecnológicas, financeiras ou de preços que causem dificuldades socioeconômicas aos países que as recebem.

CORRUPÇÃO E DESVIO DE CAPITAL

A corrupção e o desvio de capital são algumas das principais causas da pobreza no Sul. É necessário introduzir uma nova legislação que se empenhe contra o desvio de capital ativo e passivo e a evasão de impostos, criando um mecanismo que obrigue os bancos a se tornarem transparentes.

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O comércio internacional deve ser conduzido de forma a incrementar o bem-estar social, respeitando a necessidade de um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável. Isso inclui a gestão dos recursos naturais seguindo os princípios da precaução, da transparência e da democracia participativa.



DÍVIDA EXTERNA

Indica a necessidade de pressionar os governos e bancos a estabelecerem um processo democrático de resolução do problema da dívida, trabalhando estrategicamente pelo cancelamento efetivo e eliminação das transferências líquidas de recursos do Sul para o Norte.

MILITARISMO

Propõe uma urgente desmilitarização, assim como o fim das guerras, dos resíduos nucleares, dos conflitos regionais e das ditaduras militares. Compromete-se a trabalhar contra o desequilíbrio das relações de poder face às diferenças de classes sociais, culturais e étnicas.

BIODIVERSIDADE

A conservação da biodiversidade é responsabilidade urgente de todas as pessoas e instituições e abrange a utilização sustentável de seus componentes. Requer o respeito pela integridade dos ecossistemas e vinculação entre os mesmos.

Para a conservação da biodiversidade são necessárias mudanças fundamentais nos padrões e práticas de desenvolvimento socioeconômico em todo o mundo.

BIOTECNOLOGIA

Propõe uma convenção internacional sobre biotecnologia, considerando que os métodos alternativos e as abordagens biotecnológicas devem ser examinados igualmente; o conhecimento das sociedades tradicionais deve ser respeitado como fonte importante e válida; a pesquisa biotecnológica



ca deve ser orientada às necessidades publicamente definidas, ao bem comum e ao bem das futuras gerações; antes de qualquer uso de biotecnologia devem ser feitas análises que possam prever os impactos sobre o ambiente.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os cidadãos devem tomar consciência e mobilizar a sociedade para identificar e abordar as causas e conseqüências da mudança climática e seus efeitos correlatos. Os governos e instituições governamentais devem reduzir as emissões de CO₂ dos países desenvolvidos (níveis de 1990) em 25%, no mínimo, até o ano de 2005.

FLORESTAS

As florestas devem ser protegidas para suprir as necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais das atuais e futuras gerações e garantir a manutenção da integridade do solo, água, ar e conservação da biodiversidade. As políticas de conservação florestal devem incluir a proteção permanente de todos os tipos de ecossistemas florestais, a restauração e/ou recuperação de florestas fragmentadas ou degradadas e o manejo sustentável das áreas de uso humano.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

É necessidade imperativa romper com o modelo predador da agricultura dominante em favor de novos padrões de sustentabilidade fundamentados nos princípios da equidade e da participação, para garantir o controle total dos meios de produção e dos recursos naturais por aqueles que trabalham a terra, assegurando-lhes uma fonte permanente de renda e elevados níveis de produtividade.

SEGURANÇA ALIMENTAR

A segurança alimentar é um elemento vital para o desenvolvimento sustentável. Os seres humanos têm o direito à dignidade da auto-suficiência alimentar.

Formas justas e democráticas de apropriação, uso e acesso à terra são essenciais para a criação de um sistema de alimentação e para a segurança alimentar.

ÁGUA DOCE

O acesso à água de boa qualidade deve ser garantido a todos os habitantes do planeta como direito básico dos seres vivos. Torna-se necessário promover a conserva-



ção, a preservação e a restauração de ecossistemas aquáticos e da biodiversidade hídrica, prevenindo até mesmo a criação de reservas de ecossistemas fluviais para proteção de rios representativos de bacias, nas quais sejam impedidos o barramento e outras ações danosas.

OCEANOS

Mais de 80% da poluição dos mares tem origem em fontes terrestres. Devem-se estabelecer regulamentos para os diferentes tipos de atividades fisicamente danosas. É importante manter o volume e o ritmo das águas costeiras.

PESCA

É necessário preservar os pescadores e as comunidades pesqueiras, como também conservar e proteger os ecossistemas aquáticos e o meio ambiente. Deve ser dada prioridade à pesca artesanal, reconhecendo sua importância como fonte de alimento para o consumo. A pesca deve ser manejada numa perspectiva ecossistêmica, utilizando princípios integridade.

QUESTÃO NUCLEAR

Propõe uma imediata paralisação dos testes com armas atômicas, proibição da propulsão nuclear que hoje é utilizada por navios e satélites militares. É necessário abandonar os atuais programas de geração termonuclear e oferecer ajuda internacional às nações que dependam dessa fonte por meio do redimensionamento dos programas de consumo energético.

ENERGIA

A energia deve sempre ser produzida, distribuída e usada com o máximo de eficiência e o mínimo de impacto sobre o bem-estar das pessoas e do resto da natureza. Todos os povos, comunidades e nações têm direito a igual acesso aos bens e serviços proporcionados pela energia. As decisões energéticas devem ser democráticas e participativas, com equilíbrio étnico, cultural, social e econômico.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si relação de interdependência e diversidade. A educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade da vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e outras formas de vida.

REFORMA URBANA

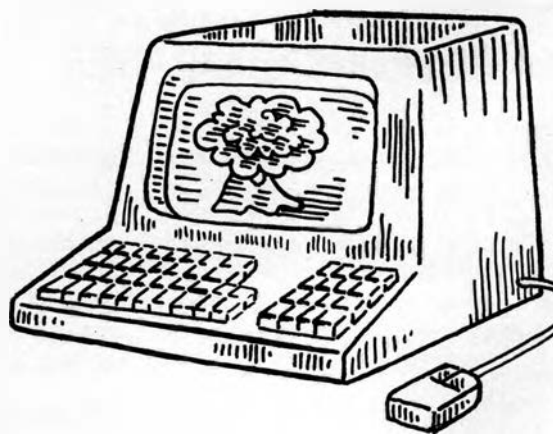
A produção da cidade, seus equipamentos e serviços se faz privatizando o espaço público, submetendo-o aos interesses dos monopólios e do grande capital, sem a necessária atenção aos interesses do cidadão e a melhoria de sua qualidade de vida. São princípios fundamentais deste tratado o direito à cidadania, a gestão democrática e a função social da cidade e da propriedade.

JUVENTUDE

Os compromissos dos jovens é assegurar a todos os povos do mundo um sistema de vida direcionado a um desenvolvimento responsável face às gerações futuras, mediante ações em campanhas, participação em redes, redução no consumo de produtos que invadem o mercado, poupando energia, enfim trabalhando pela conscientização social e ambiental.

DEFESA E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Considerando que a criança e o adolescente são sujeitos de direito e também agentes de transformação da sociedade, fazendo parte da dinâmica do processo,



propõe-se como compromisso coletivo: que tenham seus direitos cumpridos e os mesmos estejam englobados em um compromisso que todas as sociedades assumam e que essas prioridades

sejam mantidas permanentemente.

RACISMO

Considerando que o racismo é uma forma de opressão étnica, social e econômica impondo a soberania racial e a aculturação para os povos, deve-se reconhecer o valor inerente e igual de todos os povos. Deve-se apoiar a diversidade cultural, garantindo a prática e a percepção de culturas individuais, encorajando o compartilhamento e a interação como um meio para a eliminação do racismo. Acabar com todas as formas de genocídio, etnocídio e ecocídio, formas que são os efeitos extremos do racismo.

CERRADOS

Torna-se necessário incentivar ações que visem a implantação paulatina do desenvolvimento sustentável nas áreas dos cerrados, priorizando a pequena e média produções. Lutar pelo estabelecimento e incremento de programas de reflorestamento com espécies nativas em áreas degradadas e de importância para preservação e recuperação dos recursos hídricos.

ZONAS ÁRIDAS E SEMI-ÁRIDAS

Para favorecer o desenvolvimento sustentável, a incorporação da economia das zonas áridas e semi-áridas deve: buscar a auto-suficiência alimentar em escala regional; priorizar as trocas de produtos locais entre áreas com excedentes de produção e aquelas com déficit de produtos; e finalmente evitar a evasão de recursos em níveis que comprometam a reprodução das condições econômicas, sociais e ambientais.

RESÍDUOS

A indiscriminada produção de resíduos causa grave desequilíbrio ambiental. As forças sociais, em todos os países, devem trabalhar para atingir o nível zero na produção de resíduos perigosos e nucleares. A adoção de qualquer nova tecnologia ou processo in-



dustrial deve ser precedida de um princípio preventivo com relação à produção de resíduos.

DECISÕES GLOBAIS DAS ONGs

Fortalecer os direitos e a influência das ONGs sobre o processo de tomada de decisão em âmbito local, nacional e internacional, utilizando instrumentos legais e compromissos internacionais já existentes e promovendo novos, mais progressistas. Propõe-se, também, intensificar, promover a democracia participativa e empenhar-se para dar poder a todos os povos oprimidos, especialmente àqueles que são marginalizados, social e ecologicamente.

POBREZA

Para se construir um mundo democrático baseado na justiça social e no equilíbrio ecológico, a pobreza deve ser atacada por meio de mudanças reais nos modelos de desenvolvimento, nas relações internacionais e nas estruturas políticas.

COOPERAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS ENTRE ONGs

Faz-se necessário um processo aberto de colaboração e intercâmbio com o objetivo de que todas as ONGs aprendam e se beneficiem entre si. As ONGs se comprometem a compartilhar conhecimento, capacitação técnica, experiências e recursos, assegurando a transparência do processo.

INFORMAÇÃO, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E REDES

A liberdade de comunicação é um direito do ser humano e uma ne-

cessidade para o desenvolvimento sustentável. O acesso à informação é essencial para a tomada de decisões consciente em todos os níveis. Deve-se assumir o compromisso de contribuir para as redes de informação de ONGs e agir como canais de comunicação de dupla via, enviando, processando e recebendo informação de e para seus representantes, em bases justas e não discriminatórias de colaboração.

POVOS INDÍGENAS E AS ONGs

As ONGs se comprometem a apoiar a demarcação dos territórios indígenas, por considerar que isso é uma garantia fundamental para a biodiversidade. Os povos indígenas assumem a responsabilidade de garantir a continuidade dos valores e sistemas que permitam uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza, resultando na efetiva proteção do meio ambiente.

POVOS DA AMÉRICA

Assumir o compromisso de disseminar informações sobre as consequências ambientais e sociais dos processos de "ajustes econômicos estruturais" nos países da América Latina e Caribe, Estados Unidos e Canadá. Rejeitar as propostas de livre comércio e de integração que não assegurem a proteção e o melhoramento na área trabalhista ambiental e de cidadania. Assumir o compromisso de trabalhar pelo reconhecimento internacional de dívidas ecológicas e de lutar pela defesa da diversidade cultural e da civilização de nossos povos.

POPULAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

A comunidade internacional deve analisar os problemas que decorrem da relação entre população, meio ambiente e desenvolvimento dentro do marco de referência e dos limites definidos pela ética, pela democracia e pelos direitos humanos.

COMPROMISSO ÉTICO DAS ONGs PARA UMA ATITUDE E CONDUTA ECOLÓGICA GLOBAL

As ONGs, partindo do princípio da unidade na diversidade, no qual cada ser individual é parte do todo e esse todo está representado em cada uma das suas partes, entendem que todos os seres, animados e inanimados, possuem um valor existencial intrínseco que transcende valores utilitários; por isso a todos deve ser garantido o direito à vida, à preservação, à proteção e à continuidade.

DECLARAÇÃO DO POVO DA TERRA

"Nós, cidadãos do planeta Terra, nos encontramos para compartilhar os nossos interesses, nossos sonhos e nossos planos de criar um novo futuro para o nosso mundo. Emergimos destas deliberações com um sentido profundo de que, na riqueza de nossa diversidade, nós compartilhamos uma visão comum de uma sociedade humana fundada nos valores da simplicidade, amor, paz e reverência pela vida".

Os interessados em obter os Tratados das ONGs na íntegra (em português, inglês, francês ou espanhol) podem entrar em contato com o Fórum Internacional de ONGs (Grupo de Trabalho Internacional): Rua do Catete, 153 Rio de Janeiro — RJ Tel: (021)285-1212 Fax: (021)205-7537.

Os documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio-92) podem ser obtidos com: Ms Sylvia Jampies 160 Route de Florissant PO Box 80 CH-1231 Conches Suíça Tel: (41-22)789-1676 Fax: (41-22)789-3536 Quem desejar cópias em disquetes, enviar: 2 x 3 1/2" ou 2 x 5 1/4" alta densidade ou 4 x 3 1/2" ou 6 x 5 1/4" baixa densidade.



DECLARAÇÃO DO RIO

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (1992), definiu 27 princípios na chamada *Declaração do Rio*, vinte anos depois da Declaração de Estocolmo (1972). O objetivo é estabelecer uma

RIO-92

aliança mundial, criando novos níveis de cooperação entre os Estados, setores das sociedades e pessoas.

Destacamos abaixo alguns dos princípios fundamentais a serem respeitados pelas Nações:

- Os seres humanos, com direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza, constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentado.
- Direito soberano de aproveitar seus próprios recursos, sem causar danos ao meio ambiente.
- Proteção do meio ambiente como parte integrante do processo de desenvolvimento.
- Erradicação da pobreza como tarefa essencial do desenvolvimento sustentado.
- Prioridade especial do ponto de vista ambiental aos países menos adiantados e mais vulneráveis.
- Na corrida desenfreada do desenvolvimento nas últimas décadas, as nações contribuíram notadamente para a degradação do meio ambiente; portanto, têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas.
- Redução e eliminação dos sistemas de produção e consumo não-sustentados e incentivo a políticas demográficas apropriadas.
- Cooperação mútua mediante intercâmbio de conhecimentos científicos.
- Facilitação e estímulo à sensibilização e à participação do público, oferecendo informações a todos.
- Promulgação de leis eficazes sobre o meio ambiente.
- As medidas destinadas a tratar os problemas ambientais transfronteiriços ou mundiais devem, na medida do possível, basear-se em um consenso internacional.
- Desenvolvimento de legislação relativa à indenização referente às vítimas da contaminação ou outros danos ambientais.
- Não-transferência a outras nações de quaisquer atividades e substâncias que causem degradação ambiental grave, nociva à saúde humana.
- Avaliações de impacto ambiental devem ser empreendidas como instrumentos de política nacional.
- Notificação imediatamente a outros sobre desastres naturais e outras situações de emergência que possam produzir efeitos nocivos ao meio ambiente.
- Mulheres, jovens e índios desempenham papel funda-

mental na ordenação do meio ambiente e no desenvolvimento.

• A paz, o desenvolvimento e a proteção ao meio ambiente são interdependentes e inseparáveis. Em caso de guerra, inimiga do desenvolvimento sustentado, as Nações devem respeitar o direito internacional que proteja o meio ambiente.

• Todos devem cooperar, com solidariedade, na aplicação desses princípios.

AGENDA 21

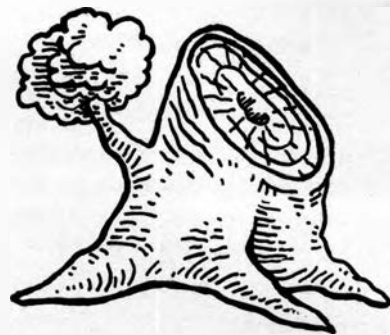
Agenda 21 é o documento que prevê a ação da sociedade durante o século XXI, para que se preserve o meio ambiente no planeta Terra. Como todos os demais documentos preparados durante os dois anos que antecederam a Rio-92, por especialistas de todos os países, a *Agenda 21* foi muito debatida durante o evento, em busca do consenso ou da concordância do maior número possível de adesões.

Grandes interesses econômicos e políticos criaram divergências sérias, que deveriam ser eliminadas nas negociações. Os acordos foram conseguidos "amenizando-se" no texto os parágrafos que estabeleciam restrições às emissões de poluentes na atmosfera e de lixo radioativo nos mares. Em compensação, houve empenho para reduzir a desertificação, regular os estoques de água doce e controlar epidemias e a subnutrição no mundo.

Criou-se no âmbito da ONU uma comissão de alto nível para acompanhar os programas inscritos nesse documento, que deveria ter — mas infelizmente não tem — a força de uma Declaração dos Direitos do Homem.

O documento está dividido em quatro seções e 40 capítulos, tem cerca de 900 páginas, baseia-se na noção do desenvolvimento sustentável e pressupõe mudança profunda dos padrões de produção e consumo.

Do ponto de vista jurídico, a *Agenda 21* tem um efeito mais



brando do que uma convenção e um tratado, que são ratificados internamente e se incorporam às legislações nacionais. Trata-se, pois, de um ato político, de uma declaração de intenções.

PONTOS PRINCIPAIS

Recursos financeiros e mecanismos de financiamento

Dos US\$ 600 bilhões necessários para custear as medidas propostas na *Agenda 21*, US\$ 125 bilhões teriam de ser doados ou emprestados pelos países ricos. Para tanto, cada um deles teria de elevar sua contribuição anual para 0,7% do PIB. O compromisso vago obtido foi tentar implementar esta meta até o ano 2000 ou "assim que possível depois desta data".

O crescimento econômico, o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza são as primeiras e mais importantes prioridades nos países em desenvolvimento, e são essenciais para atingir os objetivos nacionais e regionais de sustentabilidade. Este capítulo trata também da necessidade de se encontrarem soluções duradouras para reduzir a dívida externa dos países mais pobres e outras formas inovadoras de financiamento, como o uso de incentivos econômicos e fiscais e a

realocação de recursos atualmente utilizados para fins militares.

Consumo

Todos os países, liderados pelos países desenvolvidos, devem tentar promover padrões de consumo sustentáveis. Os países em desenvolvimento vão precisar ter acesso a tecnologias mais avançadas e outros tipos de ajuda dos países industrializados. Para maior eficiência no uso de energia e recursos, os governos devem incentivar a redução da quantidade de energia e materiais utilizados por unidade de produção de bens e serviços, promover a pesquisa, a disseminação e o desenvolvimento de tecnologias ambientais e incentivar o uso de fontes novas e renováveis de energia e recursos naturais.

Processo de tomada de decisão

A *Agenda 21* propõe a integração total das questões ambientais e de desenvolvimento no processo governamental de tomadas de decisão nas áreas econômica, social, fiscal, de energia, agricultura, transporte, comércio internacional, etc. Os custos ambientais devem ser incorporados às decisões de investimentos e de consumo, para reverter a tendência de tratar o meio ambiente como um "bem livre" e de repassar esses custos para outros setores da sociedade, outros países ou futuras gerações. Significa internalizar os custos ambientais. Os preços devem refletir a escassez e o valor total dos recursos e contribuir para prevenir a degradação ambiental. Os subsídios que não estiverem alinhados com os objetivos do desenvolvimento sustentável devem ser reduzidos ou removidos.

Atmosfera e energia

Aumento da eficiência energética e diminuição da dependência de combustíveis fósseis, que emitem a maior quantidade de gases que provocam o efeito-estufa (aquecimento do planeta). Não há metas específicas de redução das emis-

sões. Somente os investimentos em energia estão projetados em US\$ 120 bilhões anuais.

Desertificação

A *Agenda 21* confere prioridade para as terras com maior risco de degradação e regiões sujeitas a secas. Prevê que se realize em 1994 uma conferência sobre o tema, com vistas à elaboração de uma convenção. As medidas de combate custariam US\$ 12 bilhões anuais.

Desmatamento

O documento reconhece que os recursos florestais são essenciais tanto para o desenvolvimento quanto para a preservação do meio ambiente global. O uso racional das florestas pode criar empregos, ajudar a reduzir a pobreza e uma valiosa gama de produtos. Propõe o desenvolvimento de florestas plantadas para contrabalançar a pressão sobre florestas primárias ou antigas e reconhece o papel desempenhado pelas florestas como reservatórios e sumidouros de carbono. Propõe também o incentivo a iniciativas baseadas em pequenas florestas que ajudem o desenvolvimento rural e do empresariado local, a promoção da colheita mais eficiente de lenha para o suprimento de energia.

Oceanos

O capítulo trata de duas questões principais: pesca e poluição. Quanto à primeira, recomenda a realização de uma conferência para disciplinar litígios sobre reservas de pesca em alto-mar. Sobre a segunda, propõe regulamentos mais severos para diminuir lançamentos de detritos por navios e de fontes terrestres. Custo: US\$ 85,4 bilhões.

Água doce

A *Agenda 21* prevê racionalização do uso, controle das fontes de contaminação e expansão do tratamento, a fim de garantir o fornecimento de 40 litros diários a cada habitante no próximo século.



lo. Para tanto, o mundo teria de dispor de US\$ 54,4 bilhões.

Tecnologia

A *Agenda 21* estabelece que os países em desenvolvimento tenham acesso facilitado a tecnologias novas e eficientes para aliviar a pobreza e os riscos ambientais. Elas devem ser fornecidas pelos países ricos a preços acessíveis, em comum acordo entre as partes.

Comércio Internacional

Barreiras alfandegárias e preços baixos de matérias-primas prejudicam economias em desenvolvimento e aumentam a pressão sobre o meio ambiente. Para compensá-los, seriam necessários, no mínimo, US\$ 8,7 bilhões.

Pobreza

É identificada como um dos fatores de degradação do ambiente. Sua erradicação custaria US\$ 30 bilhões por ano.

População

A *Agenda 21* reconhece que o crescimento populacional afeta a capacidade de sustentação da vida no planeta, mas não faz uma defesa clara de controle ou planejamento. Programas de saúde e informação consumiriam US\$ 7 bilhões por ano.

Negócios e Indústria

Os governos e a indústria devem promover a produção mais limpa e eficiente, incluindo a reutilização e reciclagem de resíduos e a redução da quantidade de resíduos descarregados no ambiente. O documento propõe uma mistura de incentivos econômicos e medidas legais para promover estes objetivos.

CONVENÇÃO SOBRE A BIODIVERSIDADE

A Convenção foi estabelecida para promover a conservação e a utilização racional da grande variedade de seres vivos existente no planeta. Não contou com a adesão dos EUA, por discordância quanto à forma de financiamento e à proteção de processos biotecnológicos (patentes), e ficou, portanto, sem o apoio da maior indústria do setor do planeta.

Assinada por 154 países, a Convenção só não atingiu o consenso geral porque vários países árabes, posicionados contra as restrições impostas na *Convenção sobre Alterações Climáticas*, boicotaram a assinatura.

Os principais pontos estão enumerados a seguir.

- A biodiversidade é fundamental para a manutenção dos sistemas que sustentam a vida e é uma preocupação comum a toda a humanidade.
- Os países têm direito soberano sobre seus recursos biológicos e são responsáveis pela conservação de sua biodiversidade e pelo uso de sua riqueza biológica de uma forma sustentável.
- É fundamental conservar a biodiversidade em seu ambiente natural.
- Recursos especiais são necessários para atender as necessidades dos países em desenvolvimento, incluindo a provisão de novos e adicionais recursos financeiros e acesso a tecnologias relevantes.
- Os projetos com potencial de produzir impacto negativo sobre a biodiversidade devem ser submetidos a um Estudo de Impacto Ambiental que permita a redução dos efeitos adversos.
- Cabe aos governos nacionais autorizar o acesso aos recursos genéticos.
- O acesso à biodiversidade deve basear-se num acordo entre as partes.
- O país detentor da biodiversida-



de deve ter ampla participação em pesquisas científicas promovidas em outros países, partindo de tais recursos biológicos.

- Os lucros provenientes de tais pesquisas devem ser distribuídos entre os países que forneceram a biodiversidade e aqueles que desenvolveram o projeto, conforme acordo estabelecido entre as partes.
- Deve haver ampla transferência de tecnologias relevantes para a conservação da biodiversidade entre os países signatários. A transferência para países em desenvolvimento deve ocorrer em termos favoráveis, concessionais ou preferenciais. Os direitos de propriedade intelectual sobre essas tecnologias serão protegidos.
- Os signatários reconhecem que patentes ou outros direitos de propriedade intelectual podem ter influência sobre a implementação desta convenção, e devem cooperar nesse aspecto, sujeito a leis nacionais e à legislação internacional.
- Os países desenvolvidos deverão prover recursos financeiros novos e adicionais que permitam aos países em desenvolvimento, signatários da Convenção, implementarem seus compromissos.

CONVENÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O objetivo inicial da Convenção era o de estimular e impor normas de ação para o controle das emissões dos gases causadores do efeito-estufa. Mas a questão esbarrou na controvérsia do estabelecimento de metas concretas para a redução das emissões de dióxido de carbono, principal causador do efeito-estufa. A maior parte dos

países, incluindo o Japão e os integrantes da Comunidade Europeia, apoiava a proposta de estabilizar as emissões até o ano 2000 nos níveis de 1990. Os Estados Unidos defenderam a adoção de metas voluntárias, alegando que as provas científicas sobre as mudanças climáticas são insuficientes para justificar a desordem econômica que as medidas poderiam causar.

Em virtude desse fato, as obrigações previstas na Convenção tornaram-se compromissos genéricos e sem calendários de ação.

Apesar da oposição da maioria dos países árabes, que apoiou a argumentação americana a respeito do desconhecimento científico dos efeitos sobre o clima da queima de produtos do petróleo, a *Convenção sobre Mudanças Climáticas* foi assinada por 154 países. O número mínimo de assinaturas para que pudesse entrar em vigor era de 50, e a Convenção será encaminhada aos parlamentos/congressos nacionais de todos os países para que a ratifiquem. Destacam-se, a seguir, alguns pontos da Convenção.

- O objetivo da Convenção é conseguir a estabilização da concentração de gases termoativos na atmosfera — responsáveis pelo efeito-estufa — como o dióxido de carbono, o metano, o ozônio, os clorofluorcarbonos e os óxidos de nitrogênio, a um nível que impeça a interferência antropogênica perigosa no clima, a um prazo suficiente para que os ecossistemas possam adaptar-se naturalmente às mudanças climáticas, a fim de evitar a ameaça à produção de alimentos e permitir que as atividades econômicas se desenvolvessem de forma sustentável e ambientalmente idônea.

- As emissões geradas pelas atividades humanas intensificam o efeito-estufa e podem causar efeitos nocivos aos ecossistemas naturais e à humanidade.

- Os países têm o direito soberano de explorar seus recursos de acordo com políticas ecológicas próprias, desde que em bases susten-

táveis e sem causar danos ao meio ambiente de outros países ou zonas situadas fora de suas fronteiras. Não deverão ser criadas barreiras comerciais na busca dos objetivos relacionados às mudanças climáticas.

- Em sua maior parte, as emissões de gases termoativos se originam nos países desenvolvidos, e a esses países cabe a principal responsabilidade na luta contra as mudanças climáticas.

- Os países deverão proteger o clima para o benefício das presentes e futuras gerações, seguindo os princípios da equidade e de acordo com suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e considerando-se as respectivas capacidades. Os países desenvolvidos deverão tomar a liderança no combate às mudanças climáticas e aos seus efeitos adversos, e como primeira medida procurar estabilizar as emissões de dióxido de carbono.

- Os países deverão trabalhar para reduzir as incertezas científicas que persistem quanto às causas e efeitos das mudanças climáticas e as consequências das diversas estratégias propostas para combater o problema.

- As prioridades principais dos países em desenvolvimento são o desenvolvimento econômico sustentável e a erradicação da pobreza, condições indispensáveis para tratar os problemas relacionados com as mudanças climáticas.

DECLARAÇÃO SOBRE FLORESTAS

Quando da convocação da Rio-92, a idéia era efetivar uma terceira convenção para a conservação e a exploração não-predatória das florestas, o que se costuma resumir na expressão “manejo sustentável”. As divergências, no entanto, transformaram-na em declaração, um conjunto de princípios que serve apenas como compro-

misso político dos países signatários, sem a obrigatoriedade jurídica de cumpri-los.

O ponto mais polêmico foi a indicação de uma futura Convenção sobre Florestas que obrigasse as nações detentoras de recursos florestais a assumirem compromissos legais de preservação perante o mundo. Destacam-se, a seguir, alguns pontos do Acordo.

- Os presentes princípios têm como objetivo contribuir para a ordenação, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas, além de dispor a respeito de suas funções e usos múltiplos.
- Os problemas e oportunidades que existem no âmbito da silvicultura devem ser examinados com critério holístico e equilibrado no contexto geral do meio ambiente e do desenvolvimento.

- Esses princípios refletem o primeiro consenso global sobre florestas. Enquanto esforçam-se para implementar esses princípios, os países trabalharão para estimular uma futura cooperação internacional sobre florestas.

- Os princípios devem ser aplicados a florestas de todo tipo, até mesmo os recursos de reflorestamento.

- Os governos devem promover a participação de todos os interessados, incluindo as comunidades locais e as populações indígenas, a indústria, os trabalhadores, as ONGs e as mulheres no desenvolvimento e execução da política florestal dos países.

- As decisões sobre ordenação, conservação e desenvolvimento sustentável dos recursos florestais devem recorrer a uma completa avaliação dos valores econômicos e não-econômicos dos bens e serviços florestais, dos custos e dos benefícios ao meio ambiente.

- Os países em desenvolvimento têm o direito à transferência facilitada de tecnologia e recursos para a exploração sustentável das florestas.



ONGs E A BIODIVERSIDADE NA RIO-92

David Hathaway

A biodiversidade é uma “virtude” de seres vivos — microorganismos, plantas e animais — nos ecossistemas, pela qual a vida se diversifica em muitas espécies, variedades e raças. O homem depende de uma grande variedade de plantas e animais para comer e se medicar, e de microorganismos e plantas que asseguram as condições de solo, climáticas, etc. Na agricultura, por exemplo, ele depende não apenas das plantas que cultiva, mas também da própria diversidade de uma mesma espécie, que o agricultor ou melhorista usa para obter novas e melhores variedades.

A longo prazo, a preservação dessa diversidade biológica é fundamental para a evolução, adaptação e sobrevivência da própria vida na Terra. Mas esta constatação não é nova para os cientistas. Por que, então, tanto alarde agora em torno da biodiversidade?

A utilidade da biodiversidade. Dois fenômenos elevaram a biodiversidade ao cenário das grandes preocupações ambientais. Em primeiro lugar, biólogos, ecólogos e economistas reconheceram que os recursos biológicos — apesar de serem, em princípio, renováveis —, também estão se esgotando de vez com a destruição de inúmeros ecossistemas naturais. Em segundo lugar, as novas biotecnologias — principalmente a engenharia genética — levaram grandes empresas transnacionais a se interessarem pela conservação da biodiversidade. Elas têm que assegurar a sobrevivência das matérias-primas para sua atividade industrial: a incrível variedade de bi-

Durante a Rio-92, a biodiversidade foi uma das controvérsias que mais chamaram a atenção nos noticiários. Os Estados Unidos não assinaram a Convenção da Biodiversidade, segundo George Bush, porque as patentes norte-americanas estariam ameaçadas pela Convenção. Hoje uma questão importante sobre o tema é que as empresas transnacionais insistem em patentear os novos produtos biotecnológicos. Muitas ONGs criticam a Convenção justamente por reconhecerem nesse direito uma ameaça à soberania nacional, e propõem sua própria agenda de ação

Carlos Carvalho / Imagens da Terra



Foto:
Manifestação
de protesto no
RioCentro
contra a
posição
americana de
não-adesão à
Convenção da
Biodiversidade.
Na faixa em
primeiro
plano: “Bush,
lidere ou saia
do caminho”.

lhões de genes existentes nos ecossistemas. Quanto mais diversificado o ecossistema, como no caso das regiões tropicais do mundo, mais ele vale. De repente, a mata intacta vale mais do que a derrubada, não apenas para ambientalistas e extrativistas mas também para alguns dos maiores conglomerados farmacêuticos, químicos e biotecnológicos do mun-

do e para os governos que os representam.

Estranha aliança esta, que reúne, a favor da conservação, ambientalistas e empresas transnacionais contra governos e classes dominantes do Sul subdesenvolvido, onde ainda imperam interesses antiecológicos como a pecuária e a exportação de madeira e minérios.

Uma diversidade de interesses. Mas a aliança a favor da biodiversidade não tardou em revelar matizes. Conservar sim, mas como e para quem?

As transnacionais bioquímicas levam as plantas e seus genes de graça para serem transformados em novos produtos biotecnológicos patenteados e vendidos a preços altos no mundo inteiro.

No movimento ambientalista, a atitude varia. Para algumas grandes entidades conservacionistas do Norte, a questão da apropriação de recursos genéticos é, no máximo, secun-

dária à necessidade imperiosa de se protegerem as condições biológicas vitais do planeta. No caso da maioria dos movimentos do Sul, com vários aliados no Norte, também não há dúvidas quanto à necessidade de conservação. O problema reside no controle dos países ricos em biodiversidade (entre os quais o Brasil) sobre seus próprios recursos naturais e nos direitos de agricultores e povos indígenas que, durante séculos, cuidaram e desenvolveram boa parte dos recursos genéticos. Eles nada recebem por seus produtos que rendem bilhões de dólares para um punhado de transnacionais.

como Brasil, México, Índia e Malásia, reivindicavam três pontos básicos: financiamento para os custos da conservação e programas de uso sustentável da biodiversidade; acesso preferencial às novas biotecnologias, ainda que patenteadas; e garantias quanto à segurança das tecnologias e produtos biotecnológicos transferidos do Norte para o Sul. Também exigiam democratização (um país, um voto) e transparência dos mecanismos financeiros para essas atividades, para que não ficassem controlados pelos governos do Norte via Banco Mundial.

ONGs e movimentos sociais, no entanto, identificaram vários aspectos problemáticos por trás dessa postura. A seu modo de ver, os governos condicionavam a conservação à obtenção de dinheiro novo, a ser desembolsado "democraticamente" lá fora, mas sem o controle da sociedade aqui dentro. Para as ONGs, o compromisso com a conservação não pode ser condicionado dessa forma, e os programas nacionais devem contar com a participação popular.

A reivindicação sobre o acesso preferencial às biotecnologias não pode ser levada a sério. Todos esses governos, inclusive o brasileiro, estão reconhecendo o direito exclusivo das transnacionais mediante novas leis de patentes. Esta reivindicação não passava de uma ficha de barganha a ser cedida no momento certo, como de fato foi, nas negociações sobre dinheiro. As ONGs opõem-se ao patenteamento das biotecnologias e defendem o livre acesso tanto aos recursos genéticos como às novas tecnologias.

Essa ênfase oficial no acesso às novas biotecnologias, por outro lado, encobre o desinteresse por tecnologias mais apropriadas. Para ONGs e movimentos sociais, a fixação em biotecnologias de ponta das transnacionais ignora os problemas mais prementes de nossos povos.

A posição oficial sobre biossegurança, que não reflete uma preocupa-

PATENTES E MARCAS: RESISTIR A MAIS ESTA BATALHA

A patente pode ser entendida como um contrato entre a sociedade e o indivíduo ou a empresa que inventou um produto ou um processo de fabricação original e útil. O Estado concede o monopólio de produção e comercialização por um período de tempo determinado, em troca da divulgação do invento e do compromisso de sua produção industrial imediata. As marcas são nomes ou outros sinais que distinguem um produto, um grupo de produtos ou uma empresa. São importantes para as estratégias de competição das empresas no mercado e para a orientação dos consumidores. No Brasil, a concessão de patentes e o registro de marcas são regidos atualmente pelo Código da Propriedade Industrial, instituído pela Lei 5772, de dezembro de 1971.

O projeto de lei 824, apresentado ao Congresso Nacional em abril de 1991, altera de forma substancial as normas brasileiras de patentes e marcas. As consequências serão dramáticas, os efeitos econômicos e sociais devastadores e graves ameaças ao povo brasileiro. Têm-se algumas bem marcantes, caso seja aprovado: aumento nos preços dos remédios e alimentos; desindustrialização e desemprego; riscos de desabastecimento; alienação do patrimônio genético do País; e finalmente maior dependência tecnológica e comercial. Este projeto admite o patenteamento de seres vivos, à exceção de animais e de seres humanos (por enquanto). Patentes nessa área ainda não são reconhecidas por legislação de nenhum país.

Fonte: Dossiê das Patentes (publicação do Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, junho/1992)

De repente, a mata intacta vale mais do que a derrubada, não apenas para ambientalistas e extrativistas mas também para alguns dos maiores conglomerados farmacêuticos, químicos e biotecnológicos do mundo

Os governos do Sul, por sua vez, já deixaram de lado o nacionalismo terceiro-mundista — a não ser no discurso — dos áureos tempos do Grupo dos 77. "Modernos", não tardaram em encontrar soluções diplomáticas, condizentes com a nova ordem internacional, de ajustes estruturais, harmonização de leis para as transnacionais e pagamento da dívida externa a qualquer custo. A questão fundamental para eles é simples: se a conservação render mais divisas do que as exportações tradicionais, talvez interesse.

Biodiversidade na Convenção e na Agenda 21. Nas negociações sobre a biodiversidade na Convenção e na Agenda 21 (esta subordinada àque-la), os principais governos do Sul,

ção real, foi outra ficha de barganha no jogo financeiro. As ONGs apóiam uma defesa mais coerente desta exigência, diante dos perigos ambientais, sanitários e éticos das biotecnologias.

Afinal de contas, a Convenção e os capítulos da *Agenda 21* sobre biodiversidade e biotecnologias não passaram de declarações de intenções, na melhor das hipóteses, para a maioria das ONGs presentes à Rio-92. Programas estabelecidos para áreas e atividades de conservação, inventários, treinamento, educação, etc. ficam sujeitos à oferta de dinheiro após uma futura reestruturação negociada dos mecanismos do Banco Mundial. A Convenção, ao reconhecer o direito de patentes sobre recursos genéticos e biotecnologias,

As transnacionais bioquímicas levam as plantas e seus genes de graça para serem transformados em novos produtos biotecnológicos patenteados e vendidos a preços altos no mundo inteiro

ainda criou confusão ao acenar aos países fornecedores de genes com direitos quase impossíveis de serem cobrados. Outras condições para conservação e uso sustentável da biodiversidade foram quase ou totalmente ignoradas, como reforma agrária, demarcação de terras indígenas, participação das comunidades locais nos programas e, ao menos, alívio na carga da dívida externa.

Os tratados das ONGs. Não ficou claro para as ONGs se a causa da biodiversidade seria melhor servida com ou sem a Convenção. Mas hoje, como fato consumado, ela delimita o

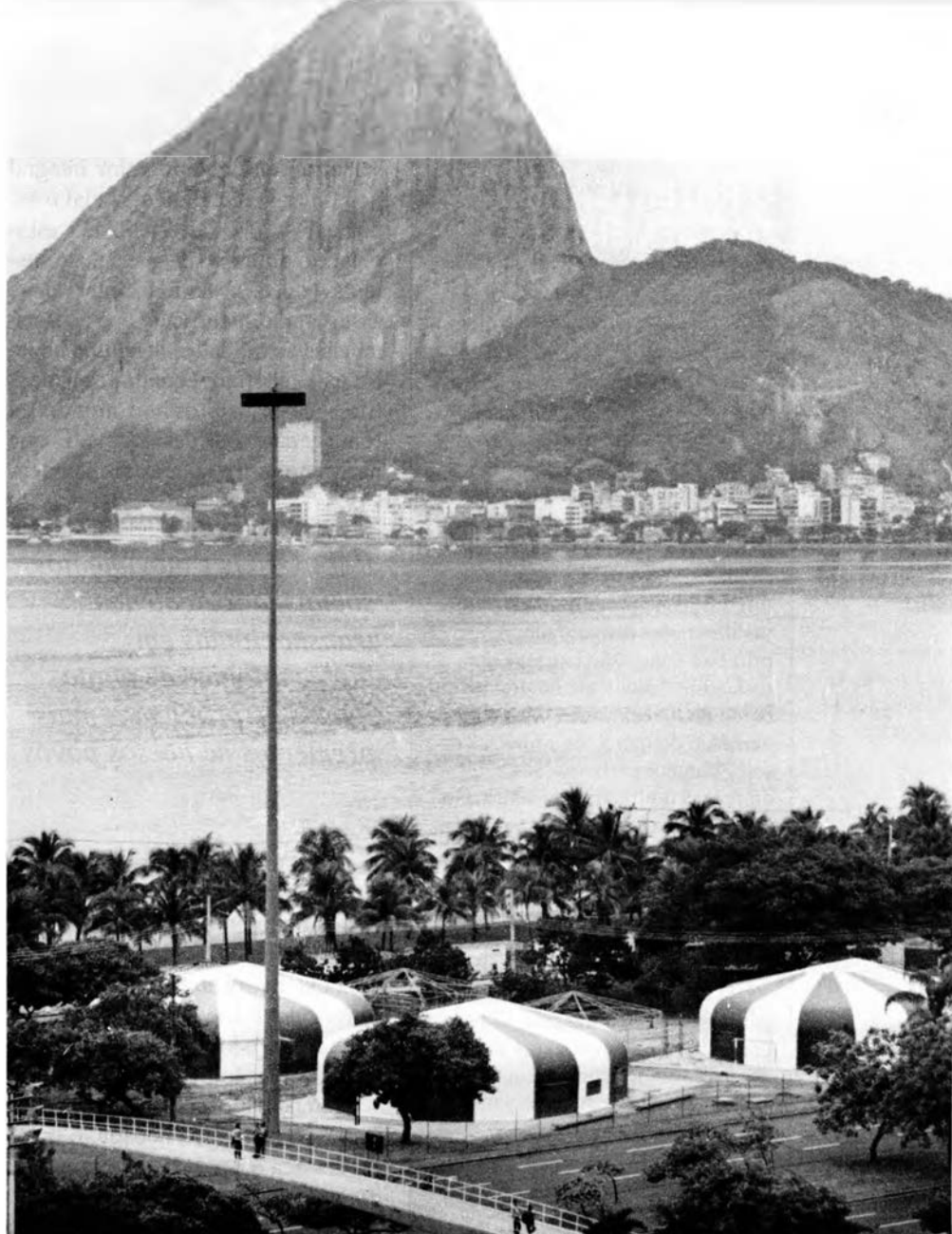
terreno oficial para os passos futuros, mesmo sem criar mecanismo algum para a participação da sociedade civil, e será administrada apenas pelos organismos governamentais (inclusive seus “assessores” empresariais). Portanto, as ONGs terão que prosseguir em sua dupla estratégia de lançarem iniciativas próprias enquanto insistem em exercer pressão — como “corpo estranho” — sobre as instâncias oficiais.

Houve dois tratados — ou “Compromissos de Cidadãos” — complementares nessa área: o de biotecnologias e o de biodiversidade. Ambos surgiram de intensas discussões que

tiveram que superar dificuldades, mais de linguagem do que de línguas, e também de uma diversidade de enfoques sobre os problemas envolvidos. Ao final, o consenso foi muito mais amplo do que se esperava no meio do processo.

O primeiro tratado estabelece princípios para a luta dos movimentos diante das ameaças tecnológicas, sociais, ambientais e políticas das novas biotecnologias. Exige maior atenção para a pesquisa com métodos alternativos às biotecnologias, análises cuidadosas sobre os potenciais impactos de todas as etapas de uso das biotecnologias antes de sua

Nas tendas do Fórum Global travaram-se amplas discussões sobre a temática do planeta Terra



Agência O Globo / Eurico Dantas

O PATENTEAMENTO DAS SEMENTES

Um estudo intitulado *Efeito da patente no preço da semente* (publicado na revista da SBPC, "Ciência e Cultura") verificou que no centro-sul do País, em 1991, o agricultor de soja pagava um saco de semente com dois sacos de grãos, enquanto o agricultor de milho híbrido pagava um saco de semente com dez a dezesseis sacos de grãos, sem que houvesse diferenças de produtividade para justificar essa disparidade. A primeira conclusão extraída dos dados foi: "A patente natural teve como efeitos elevação dos preços, aumento do lucro das empresas do setor e maior participação de empresas multinacionais, mas não houve reflexo visível em vantagens produtivas que possam ser atribuídas à patente natural". E generalizando a experiência do milho híbrido: "O patenteamento de sementes deverá a médio prazo trazer a oligopolização do mercado para todas as culturas, elevar os preços, aumentar os lucros das companhias de sementes que sobreviverem e reduzir os ganhos dos agricultores".

Fonte: Dossiê das Patentes (publicação do Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, junho/1992).

implementação, rejeição do patenteamento de seres vivos, respeito pelos direitos dos agricultores e povos indígenas e compromisso de nunca usar as biotecnologias para fins militares. Em todas essas reivindicações realça a necessidade de se democratizarem os processos de decisão e se assegurar a participação de ONGs e organizações da sociedade civil.

O Tratado sobre Biodiversidade lida com problemas nos quais forças sociais têm maior destaque como protagonistas, defensores e criadores da riqueza biológica. Ele apre-

senta um enfoque do valor integral — cultural, econômico, social e espiritual — da biodiversidade e estabelece o princípio de que o "uso sustentável de seus componentes" deve assegurar a integridade dos ecossistemas e a equidade social dos benefícios. Em termos econômicos, identifica na injusta ordem mundial a fonte geradora de desigualdades que não permitem a adequada manuten-

Para ONGs e movimentos sociais, a fixação das transnacionais em biotecnologias de ponta ignora os problemas mais prementes de nossos povos

ção da biodiversidade, clama por mudanças nos padrões mundiais de desenvolvimento socioeconômico e considera inaceitáveis a troca da dívida externa pela natureza e a ingerência do Banco Mundial/Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) na conservação.

No chamado a esforços pela conservação da biodiversidade, o tratado destaca o papel de mulheres, indígenas e agricultores em seu manejo e desenvolvimento, enfatizando os direitos a controlarem recursos

genéticos por eles criados e a serem compensados pela socialização de conhecimentos. Esses direitos, no entanto, não passam pelo patenteamento de seres vivos ou de seus produtos, que é rejeitado pelo tratado. A cooperação, com base na participação pública e campanhas educativas e de formação — em vez de alianças entre "governos e setores de poder" —, se baseará em uma série de ações que visam a troca de informações, de assistência técnica e de recursos financeiros e humanos, e o estabelecimento de uma rede de trabalho pela conservação *in situ*, sempre que essas iniciativas estiverem de acordo com os princípios estabelecidos.

Traça-se, assim, uma perspectiva de luta desigual das ONGs com os órgãos oficiais e as forças econômicas globais e, onde houver entendimento, de um passeio pela corda bamba entre a cooperação e a cooperação. Daí a importância de ações autônomas que fortaleçam o campo das ONGs e a participação das forças sociais cujos interesses estão em jogo.

David Hathaway é economista, pesquisador FLACSO e assessor do AS-PTA. Integrou a delegação do Fórum das ONGs Brasileiras no 4º PrepCom (Nova Iorque, março de 1992).

UM ARTIFÍCIO ORGÂNICO

Transição na Amazônia e ambientalismo (1985-1990)

Ricardo Azambuja Arnt

Stephan Schwartzman

Editora Rocco, Rio de Janeiro, RJ, 1992



No limiar do século XXI, diversas áreas da Amazônia permanecem alheias à agitação da história. Os brasileiros têm a chance de procurar, em sociedade com a natureza, a natureza da sociedade mais adequada ao homem. *Um artifício Orgânico* trata da ausência e da emergência do ambientalismo no Brasil e especialmente na Amazônia, onde os autores desenvolveram uma pesquisa que durou quatro anos. Dividido em duas partes, a primeira trata da afinidade do discurso ambientalista com a tradição cultural brasileira e o imaginário da identidade nacional. A segunda apresenta um panorama da atuação de 56 instituições ambientais incluindo ONGs e agências governamentais.

Apesar de considerada insuficiente, a Declaração sobre Florestas, apresentada na Rio-92, abre possibilidades de atuação para os movimentos sociais e as ONGs. Para isso, é necessário uma compreensão mais ampla do contexto internacional em que foi produzida e as divergências entre os países ricos e as nações subdesenvolvidas, que são as possuidoras das grandes reservas florestais

A QUESTÃO DAS FLORESTAS: TENDÊNCIAS PÓS-RIO-92

João Paulo Capobianco

A avaliação da problemática mundial relativa ao tema das florestas e os desdobramentos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — a Rio-92 — é muito complexa, e não poderia ser tratada em toda sua abrangência em apenas um artigo.

A *Declaração sobre Florestas*, sem efeito legal, que objetiva um consenso global acerca do gerenciamento, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas, foi aprovada pelo plenário da conferência, mas tem recebido inúmeras críticas. O descontentamento de especialistas e instituições que trabalham com as questões florestais é consequência da própria natureza do documento que, por ser uma simples declaração, não possui efeito legal. Ou seja, ao contrário das convenções que comprometem os países signatários a implantarem as resoluções, numa declaração de princípios é facultado aos governos acatarem ou não as recomendações.

Essa frustração, plenamente justificável, não pode, no entanto, ser motivo para que ignoremos os resultados obtidos. É importante avaliar as possibilidades de atuação que o documento possibilita, principal-

mente para as organizações não-governamentais e movimentos sociais, o que só poderá ser feito a partir do conhecimento do contexto internacional em que foi produzido.

O fracasso das iniciativas internacionais. Inúmeras iniciativas internacionais mal-sucedidas têm sido desenvolvidas nos últimos anos com o intuito de se buscar o que seria o desejo de todos: o uso racional e sustentável dos recursos florestais.

O Plano de Ação para as Florestas Tropicais (PAFT) — *Tropical Forest Action Plan*, em inglês —, do qual o Brasil, país que possui a maior reserva de florestas tropicais do planeta, sequer é signatário, e a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OITM) — *International Tropical Timber Organization* —, que reúne produtores e consumidores na busca da organização da exploração e da comercialização da madeira oriunda das florestas tropicais, não têm levado a uma mudança real no secular sistema de extração irracional, responsável pela destruição total de grandes áreas de florestas em todo o mundo.

Cheios de boas intenções, que muitas vezes atraem o apoio de importantes organizações não-governamentais internacionais, essas iniciativas têm sido veementemente combatidas por organizações não-

governamentais locais. Exemplo disso foi o resultado do Seminário Internacional sobre Manejo Racional de Florestas Tropicais (Rio de Janeiro, 1988), que recomendou ao governo brasileiro a não-aceitação das atividades da OITM no País.

O fracasso das iniciativas de cooperação internacional na conservação das florestas tropicais é consequência de muitos fatores, entre os quais poderíamos destacar: falta de conhecimento sobre a complexidade das relações ecológicas existentes nessas florestas, o que dificulta o desenvolvimento de alternativas para o uso sustentável em escala comercial; excessiva valorização da madeira em detrimento dos produtos que não requerem a derrubada para serem explorados; alijamento das comunidades locais e povos indígenas dos processos de tomada de decisões sobre as atividades econômicas a serem desenvolvidas nessas áreas; políticas fiscais e comerciais internacionais que, ao mesmo tempo que estimulam a atividade, pressionam os preços, mantendo-os em índices extremamente baixos e incapazes de remunerar iniciativas de exploração de menor intensidade; e dívida externa como fator de pressão sobre os recursos naturais nos países em desenvolvimento.

Divergências no processo preparatório da Rio-92. Nesse contexto de profundas dificuldades, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento gerou grande expectativa quanto à possibilidade de, finalmente, se obter um documento internacional sobre florestas que de fato pudesse impor modelos sustentáveis de exploração.

Para quem acompanhou o processo preparatório da Rio-92, participando das reuniões do Comitê Preparatório (PrepCom), essa possibilidade mostrou-se inviável. As divergências entre as posições dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos

quanto à definição de um instrumento internacional com força jurídica apenas se aprofundaram a partir do início do processo, radicalizando ao máximo durante o IV PrepCom, realizado em Nova Iorque, quando se chegou a retirar da pauta a Declaração de Princípios.

Nesta questão, é importante destacar a posição altamente incoerente dos países desenvolvidos, liderados principalmente pelos Estados Unidos, que propunham o "congelamento" das florestas tropicais do planeta, alegando a contribuição ao controle do efeito-estufa pela absorção de CO₂, mas não aceitavam a imposição de limitações na emissão deste gás e, tampouco, se comprometiam a paralisar o acelerado processo de destruição de suas próprias florestas.

Essas profundas divergências impediram a aceitação, por parte dos países do Sul, da inclusão da questão florestal na *Convenção sobre Mudanças Climáticas* e a elaboração de uma convenção específica sobre florestas, reduzindo o trabalho da Rio-92 à Declaração de Princípios.

Avanços na Rio-92. Uma análise mais demorada dos termos da Declaração de Princípios sobre Florestas mostra que alguns conceitos muito importantes e que motivaram intensas lutas de organizações não-governamentais e movimentos sociais foram aceitos como consenso pelos governos:

- A inclusão de todos os tipos de florestas, tanto as naturais como as plantadas em todas as regiões geográficas e zonas climáticas, é um dado de grande importância, pois reconhece as especificidades dos diferentes ambientes e abre maiores perspectivas para o apoio às lutas das ONGs e movimentos sociais localizados fora das zonas tropicais, mas que vêm sofrendo enorme pressão em suas áreas. Além disso, essa abor-



World Rainforest Movement

A dívida externa e as políticas fiscais e comerciais contribuem para a destruição de florestas

dagem ampla de florestas encerra um ciclo de décadas em que somente as tropicais foram objeto de preocupação da sociedade organizada;

- O reconhecimento de que se devem desenvolver atividades que valorizem o uso múltiplo das florestas, com grande destaque aos produtos não-madeireiros que podem ser explorados sem a remoção da mata, vem ao encontro das propostas das comunidades locais, que buscam maior apoio financeiro às atividades extrativistas;

- O reconhecimento de que as comunidades locais, os povos indígenas e as organizações não-governamentais devem participar dos processos de tomada de decisões sobre os programas econômicos a serem desenvolvidos em suas regiões e de que parte desses programas deve ser gerenciada diretamente pelas comunidades é uma antiga reivindicação;

- O destaque aos valores ecológico, cultural e espiritual das florestas e aos benefícios ambientais indiretos por elas proporcionados, como manutenção do clima, proteção aos mananciais, encostas e bacias hidrográficas, controle da erosão e abrigo para a biodiversidade, amplia a visão

e os argumentos sobre a necessidade de preservá-las;

- O reconhecimento de que a dívida externa e as políticas fiscais e comerciais internacionais contribuem para a destruição de florestas abre novas e importantes possibilidades de questionamento destes fatores de pressão junto a foros internacionais;

- A afirmação do direito dos povos indígenas sobre os conhecimentos por eles acumulados e da necessidade de se reverterem benefícios finan-

ceiros e tecnológicos aos países pelos resultados do uso da biodiversidade deles originadas também atende a uma antiga reivindicação.

A necessidade de mobilização. A apresentação desses avanços no texto da Declaração de Princípios, capazes de colaborar no processo de reversão do grave quadro de destruição florestal no planeta, é considerada por alguns como excesso de otimismo, devido ao caráter não-legal do documento. É importante lembrar, nesse caso, que também as Convenções sobre Mudanças Climáticas e Biodiversidade apresentam lacunas, ambigüidades e fragilidades que somente poderão ser superadas se as ONGs e movimentos sociais trabalharem intensamente junto à sociedade, governos e Nações Unidas para seu aprimoramento no processo que se seguirá neste período pós-Rio-92.

No caso de florestas, o documento apresenta as bases para o trabalho de aprimoramento dos instrumentos internacionais, incluindo a possibilidade de se iniciar a elaboração de uma convenção específica, conforme sugerido na *Agenda 21*.

João Paulo Capobianco é biólogo, ambientalista e superintendente da Fundação da SOS Mata Atlântica.

ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESORDEM SOCIOAMBIENTAL

Cândido Grzybowski

A Rio-92 foi o primeiro encontro mundial de envergadura depois da Guerra Fria. Esboçaram-se ali conflitos reveladores da nova geografia de interesses, atores e suas respectivas forças. Ao nível das relações entre estados nacionais, o desafio Norte-Sul foi, sem dúvida, dominante. Isso porque a questão maior do conflito Norte-Sul e da degradação ambiental é o modelo de desenvolvimento e sua ordem econômica internacional. A destruição dos recursos naturais é intrínseca ao processo que gera, ao mesmo tempo, a miséria e a fome, a desigualdade nas relações internacionais, a dívida externa e as relações mercantis que penalizam os mais fracos.

Sem recursos financeiros. Foi na questão do financiamento do desenvolvimento para uma nova ordem mundial, social e ambientalmente sustentável que as tensões Norte-Sul apareceram plenamente e os conflitos

Não se pode observar a Rio-92 e seus resultados à parte dos movimentos da nova ordem internacional, que acentua as divisões entre países pobres e ricos, sem alterar a lógica e estrutura de apropriação dos recursos naturais: a acumulação e o domínio sobre a economia mundial

se acirraram. Os programas da *Agenda 21* demandam uma quantidade de recursos superior a 600 bilhões de dólares anuais só para os países em desenvolvimento. A própria Conferência estimou como necessária uma transferência financeira do Norte para o Sul no valor de 125 bilhões de dólares anuais para implementar outro tipo de desenvolvimento. No entanto, somente cerca de 10% desse total foi encontrado e apenas 2 bilhões efetivamente comprometidos. Isto é nada se comparado aos 200 bilhões de dólares anuais que são sugados dos países endividados do Sul pelos bancos credores do Norte.

After

Na verdade, um compromisso efetivo com a *Agenda 21* exigiria relações econômico-financeiras diferentes das que prevalecem no plano internacional hoje. O terreno minado no confronto Norte-Sul são o comércio internacional, a dívida externa, os direitos da propriedade intelectual, as multinacionais e o papel das instituições multilaterais (Banco Mundial, FMI, GATT). A preservação dos negócios mais imediatos dos países do Norte dificultou pensar nas formas de financiar as mudanças para a preservação do meio ambiente e das condições de vida da própria humanidade. As estruturas de poder e as políticas dos países industriais dominantes, com os Estados Unidos à frente, atendem aos interesses mais imediatos das grandes corporações e suas estratégias de investimento e comércio no plano internacional. A Conferência do Rio é um movimento na contramão dos negócios dominantes e sua forma de gestão.

Por isso, na Rio-92 não se chegou a um compromisso efetivo quanto a destinar até o ano 2000 o equivalente a 0,7% do PIB dos países industriais para cooperação ao desenvolvimento, apesar dessa reivindicação dos países do G-77 ter sido apoiada pelos países nórdicos. Por outro lado, a manutenção do GEF (*Fundo Glo-*



DE ONDE VEM O DINHEIRO

Quanto cada país destina para meio ambiente e desenvolvimento

País	Valor investido em 1990 (US\$)	%do PIB
Estados Unidos	10,166 bilhões	0,19
Japão	9,069 bilhões	0,31
França	6,571 bilhões	0,55
Alemanha	6,320 bilhões	0,42
Itália	3,395 bilhões	0,32
Grã-Bretanha	2,647 bilhões	0,27
Holanda	2,592 bilhões	0,94
Canadá	2,470 bilhões	0,44
Suécia	2,012 bilhões	0,90
Noruega	1,205 bilhões	1,17
Dinamarca	1,171 bilhões	0,93
Austrália	955 milhões	0,34
Bélgica	889 milhões	0,45
Finlândia	846 milhões	0,64
Suíça	750 milhões	0,31
Áustria	394 milhões	0,25
Nova Zelândia	93 milhões	0,22
Irlanda	57 milhões	0,16

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Japão (publicado na Folha de São Paulo em 15/6/92).

bal para o Meio Ambiente), sob controle direto do Banco Mundial, como o principal gestor dos recursos e programas de financiamento da *Agenda 21*, limita ainda mais o seu alcance efetivo. O G-77 e a China, ao se oporem ao GEF e sua administração pelo Banco Mundial, estavam querendo mecanismos mais democráticos e participativos nas decisões sobre a utilização dos recursos financeiros para o meio ambiente. Algo se obtve em termos de mudanças do próprio GEF, mas nunca é demais lembrar que o poder no Banco Mundial é definido pela quota de contribuição e não pela igualdade de voto entre os países-membros.

Enfim, nas difíceis negociações sobre os recursos financeiros, mais do que mudanças significativas, vieram à tona os problemas estruturais que deveremos enfrentar daqui para diante todos os que queremos construir sociedades baseadas nos princí-

pios de democracia e de preservação ambiental.

Modelo de produção do *apartheid*.

Inverter a tendência atual de destruição ambiental é um imperativo e exige, sem dúvida, grande volume de recursos financeiros. Mas seria ilusão pensar que basta ter vontade política e alocar recursos para pagar a conta que estaremos de bem com a natureza e o meio ambiente em que vivemos. Por melhor que contabilizemos o "fator" ambiental e seu "custo" seja pago, tanto pela via do preço dos produtos como mediante taxas e impostos, ainda assim preservar-se-á a mesma possibilidade de uso e destruição. O problema reside na lógica econômica que preside o processo de produção e consumo dominante, que utiliza sem limites os recursos ambientais e que baseia-se em relações de subordinação e exploração de uns pelos outros.

Produzir, literalmente, é adaptar os recursos naturais às necessidades humanas — biológicas e culturais, e, portanto, históricas. A natureza contém as condições naturais da vida. O paradigma tecnológico e o modo de regular as relações sociais no acesso e uso dos recursos naturais constituem as formas econômico-políticas de produzir os modelos de desenvolvimento — variáveis historicamente. Quando produzir não significa mais atender às necessidades de todos e, ao mesmo tempo, tem como condição intrínseca a destruição da base natural da vida, algo de perverso se instaurou. A questão ambiental tornou-se tão contundente e tão denunciadora do atual modelo de produção e consumo exatamente porque tomamos consciência disso.

A desigualdade — o *apartheid* social global — que se aprofunda no mundo de forma assustadora, vem de par com a destruição ambiental que põe em risco a própria vida sobre o planeta Terra. Isso já deixou de ser uma questão de maior ou menor custo, pois não se trata de ajustar para

manter a mesma coisa. O problema é reinventar relações humanas mais democráticas e mais preservadoras dos recursos naturais.

As tendências de recomposição da ordem econômico-financeira mundial, centradas na preservação dos interesses dominantes nos países industriais, particularmente o G-7, apontam para a desordem mundial. Recursos existem, mas quem os detém não pensa na vida e sim em negócio, em acumulação. A maior ameaça ao meio ambiente hoje é o predomínio de políticas econômicas de inspiração neoliberal, que elegem a lei selvagem do mais forte no mercado como base social de organização da economia mundial. A democratização na apropriação e no uso dos recursos naturais, condição para maior igualdade — tanto entre os povos como entre os cidadãos no interior dos países — e condição política fundamental para o desenvolvimento sustentável, é desafiada pela capacidade das forças econômico-financeiras interessadas na acumulação em recompor sua base de domínio sobre a economia mundial.

A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio, foi apenas um primeiro *round* na luta por outro tipo de desenvolvimento. O seu grande mérito não está nos recursos financeiros que, finalmente, foram destinados para isso. A principal contribuição foi mostrar quem está contra um desenvolvimento democrático e sustentável. Descobrimos que o problema não está apenas nas relações Norte-Sul e nas negociações diplomáticas entre governos. Para outro desenvolvimento e para termos recursos financeiros necessários, a iniciativa está nas mãos dos povos, únicos capazes de condicionar empresas e governos.

Cândido Grzybowski é sociólogo e coordenador de projetos do Itase.

O TREM DAS CEBs COM BITOLA LARGA

Luiz Alberto Gómez de Souza

Uma imagem vem acompanhando a caminhada das CEBs: um trenzinho que a cada intereclesial incorpora um novo vagão. Já são oito vagões, com o último de Santa Maria, à espera do nono, do Maranhão, lá por 1996. Só que esse encontro representou um salto qualitativo. A introdução do tema "culturas oprimidas" fez implodir os parâmetros da reflexão e alargar enormemente os horizontes da problemática. Principalmente as realidades da mulher e do negro subverteram as temáticas bem comportadas: foram entrando, exigentes, o corpo, a sexualidade, o prazer, a gratuidade, a diferença. Não se põe de lado o pobre como sujeito e a libertação como meta, mas eles se radicalizam e se ampliam.

Para seguir com a metáfora, em Santa Maria, antigo eixo ferroviário do Rio Grande do Sul, o trem passou da bitola estreita das discussões já tradicionais para a bitola larga na qual possam caber os temas do femi-

Os encontros intereclesiais das CEBs são momentos em que se podem evidenciar, de maneira mais global, o amadurecimento, os questionamentos, as deficiências e os avanços que as comunidades eclesiais vivem nas diferentes conjunturas. Junto com a alegria das celebrações, com as representações simbólicas tão significativas, vão afluindo os novos desafios que a caminhada pastoral e o processo social delineiam. No 8º Encontro (Santa Maria, setembro de 1992), a problemática da relação com a cultura apareceu com intensidade, trazendo perguntas e provocando tensões. Foram sinais positivos de que o povo das igrejas, mantendo sua fidelidade eclesial, está desejoso e aberto para uma compreensão mais ampla do significado da evangelização no Brasil de hoje

nino emergente e das raças insurgentes. O próprio rumo da caminhada tem de ser revisto, para direções inéditas e estradas ainda não trilhadas.

Novas tensões. Nos últimos vinte anos, o mundo católico amadureceu sua sensibilidade para com a justiça social e os direitos humanos. Entretanto, ele tem mais dificuldade para

repensar a ética sexual, revisar o machismo e sair da sensibilidade branca e ocidental. Há resistências inconscientes difíceis de remover. Aliás, entre a consciência de uma dominação (européia ou masculina) e a criação de novos hábitos que a superem, corre um tempo longo, doloroso e sofrido de contradições e de atitudes defensivas. O 8º Intereclesial mostrou, em alguns incidentes significativos, ao mesmo tempo, a eclosão ruidosa da nova problemática e a complexidade do processo para absorvê-la.

Duas atitudes simplistas podem surgir para sair de uma tensão que para muitos é intolerável: um gesto superficial de reconciliação entre sexos e raças, que não resolve o fundo das coisas, ou o conflito azedo e a ruptura. No passado, o senhor podia receber o escravo num dia de festa na casa-grande, mas logo depois este voltava à senzala e tudo seguiria como dantes. A agressão e a separação também são uma maneira fácil de querer superar uma dificuldade, simplesmente eliminando-a e destruindo assim a possibilidade de um real encontro mais adiante. Ambas

No plenário, representantes de todo o Brasil discutem a questão das culturas oprimidas



Douglas Mansur / Imagens da Terra

as soluções destroem um momento difícil mas necessário: confrontar diferenças e avaliar a profundidade dos preconceitos. Isso requer muita ousadia e uma enorme dose de paciência. "A história não caminha ao ritmo de nossas impaciências", escreveu dias antes de morrer derrotado no exílio o poeta Antonio Machado. Mas caminha. A pedagogia da pastoral popular no Brasil tem procurado combinar perseverança e audácia, fidelidade e rebeldia.

Espaços de experimentação. As CEBs certamente serão, nos próximos anos, espaços de experimentação e de novas práticas, nos quais mulheres, negros e índios, jovens, trabalhadores e migrantes de todas as origens introduzirão mudanças nas celebrações, nas liturgias, na espiritualidade e na reflexão. Surgirão no-

Douglas Mansur / Imagens da Terra



Grande ato de encerramento. Aparece com destaque a bandeira do ecumenismo

vas dificuldades, muitos se escandalizarão, outros farão denúncias. Tudo isso será sinal de muita vida e de um enorme esforço de renovação.

Sempre acreditei que os movimentos sociais são o espaço privilegiado de transformação profunda da sociedade — não apenas reforma ou revolução, mas real mutação histórica. E os novos movimentos alternativos entraram pelas CEBs, enriquecendo sua problemática. No intereclesial de Santa Maria esse processo ficou bem visível.

Os intereclesiais, sucedendo-se,

PARTICIPANTES DO 8º INTERECLESIAL DAS CEBs

Santa Maria — 8 a 12 de setembro de 1992

Delegados dos Regionais da CNBB	
Sul 1	215
Sul 2	114
Sul 3	213
Sul 4	99
Leste 1	106
Leste 2	117
Centro-Oeste	135
Oeste 1	88
Oeste 2	89
Nordeste 1	90
Nordeste 2	120
Nordeste 3	104
Nordeste 4	53
Nordeste 5	118
Norte 1	82
Norte 2	55
Evangélicos	
Bispos	66
Pai e mãe-de-santo	2
Pagé	1
Índios	43
Latino-americanos	88
Estrangeiros	32
Organismos	23
Assessores	50
Comissão Organizadora	29
SUBTOTAL	2.238
DOCUMENTAÇÃO	78
TOTAL GERAL	2.316

poderiam cair na rotina de uma continuidade histórica inercial e repetitiva. Em Santa Maria ficou evidente a vitalidade de sua história. Análises apressadas falavam aqui e ali da crise ou do fim das CEBs — para outros, elas são meros produtos da fantasia de agentes de pastoral ou de assessores afoitos. Só quem não acompanha as CEBs de perto, ou se atém a certas situações particulares, pode seguir afirmando tais coisas. Frequentemente nessas análises há a idealização de um passado menor e mais simples, aparentemente tranqüilo,

comparado com as dificuldades inevitáveis de um presente mais complexo. As próprias crises podem ser sinais positivos de renovação e de reordenamento.

Novas articulações eclesiais. O 8º Intereclesial foi um momento muito especial em que se manifestou a enorme vitalidade pastoral de muitas igrejas locais, tanto mais fecunda quanto mais diversificada e plural. As CEBs não são um modelo prefijado nem outro movimento religioso (como a Ação Católica antes, ou os novos movimentos neo-integristas, mais recentemente). Elas são práticas diferenciadas umas das outras, a partir de situações múltiplas e de bases culturais bem variadas. Intercomunicam-se numa rede flexível de encontros (os intereclesiais) e não têm uma coordenação uniformizadora. O fato de serem frequentemente frágeis e instáveis — aparecem e desaparecem — evita que sobrevivam por inércia. Nelas vão-se experimentando muitos jeitos novos de ser Igreja, participativos e comunitários, refazendo estruturas eclesiais num longo processo histórico que já inicia o próximo milênio.

A atual estrutura eclesial (eclesiástica) da Igreja se desenvolveu por dez séculos a partir do fim do primeiro milênio, até os últimos anos desse segundo que finaliza. Não estaremos preparando, lentamente, novas articulações eclesiais algumas ainda imprevisíveis?

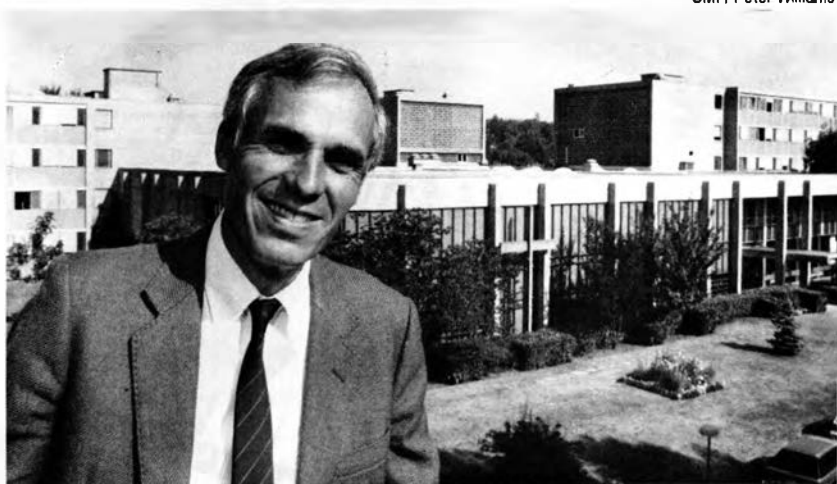
Volto do encontro intereclesial re- vigorado e convencido de que as CEBs são um lugar singular de permanente eclesiogênese. Para isso, Deus lhes continue dando boas doses de paciência agressiva e muita ousadia criadora. Amém.

Luiz Alberto Gómez de Souza é pesquisador no Centro João XXIII, professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e assessor de pastorais da Igreja Católica e das CEBs.

CMI ELEGE NOVO SECRETÁRIO-GERAL

CMI / Peter Williams

O teólogo alemão Konrad Raiser é o novo secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Ele foi eleito durante a 44ª reunião do Comitê Central da entidade (21-28 de agosto, Genebra, Suíça), e vai substituir o pastor uruguaio Emilio Castro



O novo secretário-geral não é alguém estranho à história do CMI nas últimas duas décadas. Trata-se de um veterano das lutas ecumênicas com sólidos conhecimentos das intrincadas relações que as igrejas protestantes e ortodoxas vêm mantendo entre si no âmbito do movimento ecumênico, com o propósito de um testemunho de unidade cristã na luta pela paz, justiça e preservação da criação.

Raiser começou a trabalhar no CMI em 1969 no Secretariado da Comissão de Fé e Ordem. Quatro anos depois, foi escolhido como secretário-geral adjunto do então secretário-geral, Dr. Philip Potter, cargo que ocupou até 1983. Ele volta a Genebra depois de nove anos como professor numa universidade alemã (Bochum) e de uma intensa militância ecumênica no âmbito do processo de reflexão e ação eclesial conhecido como "Justiça, Paz e Integridade da Criação". Lançado pelo CMI na Assembléia de Vancouver, o projeto de JPIC culminou com uma convocatória mundial sob o mesmo mote, realizada em Seoul (1990), na qual ele foi um dos principais assessores.

A longa trajetória ecumênica de Konrad teve início nos anos de 1960



sob inspiração do entusiasmo do pai, que participou da Conferência Mundial sobre Igreja e Sociedade (1966) e da IV Assembléia do CMI (1968).

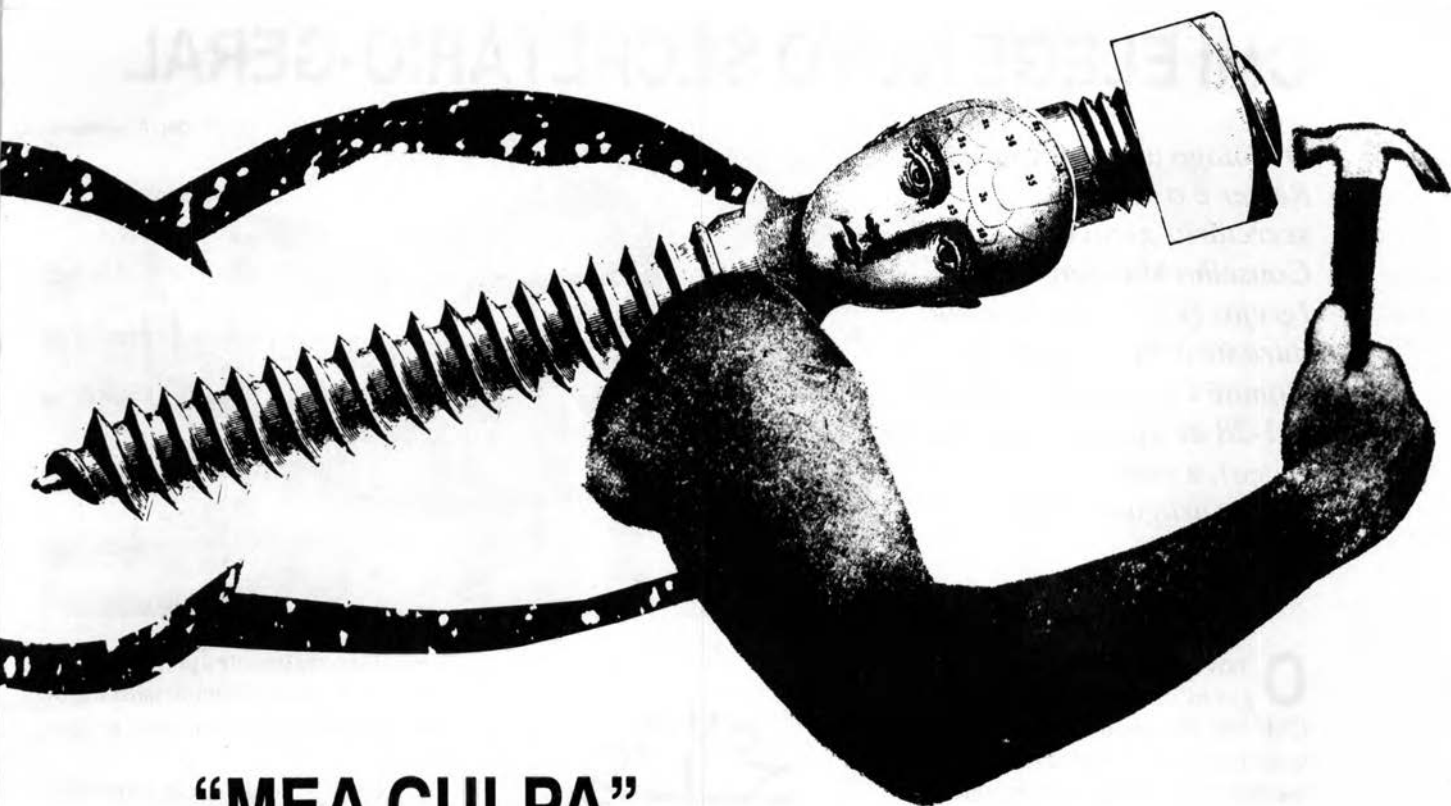
Com sólida formação acadêmica (estudou Teologia em Tübingen, Bethel, Heidelberg e Zurique, e Sociologia e Psicologia Social em Harvard), Raiser faz questão de salientar a importância de seu pastorado entre trabalhadores urbanos de Berlim em meados dos anos de 1960, quando começou "a ler a Bíblia com outros olhos, num contexto no qual o trabalho paroquial era praticamente impossível de ser desenvolvido".

De sua experiência, Raiser destaca a importância central dos eventos ecumênicos que costumavam ocorrer em nível local. Ele diz que "nenhuma das questões ecumênicas de caráter global tratadas nas instâncias do movimento ecumênico interna-

cional são realmente apenas globais. Ou dito de outra maneira, nada é global que não seja, ao mesmo tempo, local".

"Nesse sentido", ele continua, "os grupos ecumênicos locais são uma manifestação da vida da Igreja. Podem não ser estruturados e podem trabalhar fora da vida institucional das igrejas. Opor esses grupos às igrejas constitui um artificialismo".

Para Konrad, um dos problemas do CMI é que às vezes torna-se muito difícil transmitir uma imagem clara do que é o Conselho para as pessoas que vivem o dia-a-dia comum de suas sociedades e igrejas. Para muitos, o CMI não passa de uma agência de relações intereclesiais que promove serviços de cooperação entre as igrejas-membros, como ajuda material, consultas, informações e estudos. Seria muito problemático, diz Raiser, se o CMI fosse apenas isso. Para ele, "o CMI é, na verdade, a encarnação de um chamado (uma vocação) que vai além daquilo que qualquer um de nós pode experimentar em nossa existência cristã pessoal. A dimensão da obrigação de trabalhar pela unidade deve ser mantida em destaque por parte das igrejas e jamais poderá ser perdida."



Marta Strauch

“MEA CULPA”

Eduardo Galeano

Há um quarto de século, eu quis viajar para os Estados Unidos pela primeira vez.

Fui ao consulado, pedi o visto. O formulário perguntava, entre outras coisas: “Você pretende assassinar o presidente dos Estados Unidos da América?”. Eu era tão modesto que sequer pretendia assassinar o presidente do Uruguai, mas respondi “Sim”. Estava certo de que a pergunta era uma brincadeira, inspirada por meus mestres Ambrose Bierce e Mark Twain.

O consulado negou-me o visto. Minha resposta era uma resposta má. Eu não havia entendido. E passaram-se os anos, a verdade seja dita, continuo sem entender. Vocês me desculpem, por favor. Estou confundindo esta convenção de livreiros norte-americanos com um confessionário

de minha infância católica. Mas diante de quem poderia um escritor confessar-se melhor do que diante de um livreiro? E para muitos pecados acaso não são necessários muitos livreiros?

Toda manhã, para começar o dia, desjejuei notícias. Nos jornais leio, por exemplo, os freqüentes escândalos que acoçam os candidatos presidenciais. E confesso que não consigo entender por que os políticos norte-americanos são maus quando têm amores com belas mulheres inofensivas e, em contrapartida, são bons quando têm amores com as grandes empresas que vendem armas ou veneno.

Ou leio sobre o envio de militares norte-americanos para lutar contra as plantações de droga na América Latina. E não adianta, não me entra na

cabeça por que são maus os países que produzem drogas e más as pessoas que consomem drogas, e em compensação é bom o modo de vida que gera a necessidade de consumi-las.

Nas páginas de economia, leio que os Estados Unidos importaram 35.292 sutiãs mexicanos durante 1991. Nem um sutiã a mais, porque a 35.292 chegava a cota de sutiãs autorizada pelo governo. E então, não tem jeito: não entendo por que as barreiras protecionistas e os subsídios são bons nos Estados Unidos e, ao contrário, são maus na América Latina.

Neblinas do Bem e do Mal. Na imprensa norte-americana vejo os avisos que exortam a comprar produtos nacionais — *buy american!* —. E aí não entendo também por que são

maus os produtos japoneses que invadem o mercado norte-americano e, em troca, são bons os produtos norte-americanos que invadem a América Latina.

E não só os produtos. Imagine-mos que os fuzileiros do México invadam Los Angeles para proteger os mexicanos ameaçados pelos recentes distúrbios. Bom ou mau?

E até me pergunto: E eu mesmo? Sou bom, eu? Ou sou mau? Atormentam-me as dúvidas sobre minha identidade: dúvidas muito nossas, de nós, escritores, bem sei. Para ninguém é mistério que nós, escritores, temos a alma condenada ao inferno da angústia incessante: no centro desse fervedouro, novas dúvidas respondem a cada certeza e novas perguntas respondem a cada pergunta. Minha angústia, porém, se multiplica neste fim de século, fim de milênio, porque também sei que os Estados Unidos andam em busca de novos maus a combater.

Nostalgias do Império do Mal. Lá no Leste, os maus se converteram em bons, e o resto do mundo está sendo dramaticamente incapaz de produzir os maus que o mercado militar demanda com urgência. Eu ainda não entendo por que eram maus os soldados do Iraque quando se apoderavam do Kuwait e, ao contrário, eram bons os *marines* quando se apoderavam de Granada ou do Panamá; deve-se, no entanto, levar em consideração que Saddam Hussein, que foi bom até fins de 1990, vem sendo mau desde princípios de 1991. Evidentemente, um só mau não chega. Sempre se pode lançar mão dos maus de longa duração, como Muammar el Gaddafi ou Fidel Castro; mas temos de reconhecer que a oferta é pobre.

Confidencialmente confesso, e o confesso com todas as letras, por mais que me custe, é verdade, sim: eu não sei dirigir automóveis, não tenho computador, nunca fui ao psicanalista, escrevo à mão, não gosto de TV e nunca vi as tartarugas-ninjas.

E mais ainda: minha cabeça é cal-

va e de esquerda. Vãos foram todos os meus esforços para que o cabelo brotasse no meu desnudo crânio e para corrigir minha tendência a pensar canhotamente. Até poucos anos atrás, nas escolas, amarravam a mão esquerda das crianças canhotas para obrigá-las a escrever com a mão direita; e parece que isso dava bons resultados. Para obrigar os adultos a pensar diretamente, as ditaduras militares usam terapias de sangue e fogo e as democracias usam a televisão. A mim, me fizeram provar ambos os remédios, mas não adiantou.

Admito que tenho, por exemplo, uma incapacidade biológica para perceber as virtudes da liberdade do dinheiro. Em fins do ano passado, por exemplo, estava eu com minha mulher na metade de uma longa viagem, quando quebrou a Pan American. Ficamos literalmente no ar e sem avião. Tivemos de pedir dinheiro emprestado a uns amigos, e então interpretei o episódio dentro da minha limitada visão das coisas: acreditei que a mão invisível do mercado me havia roubado duas passagens.

Devo reconhecer que me enganei. Já não tenho nenhuma esperança de recuperar um centavo sequer; mas agora me dou conta de que Deus me fez um favor. Astutamente o Altíssimo utilizou esse sutil procedimento para convencer-me de que não se pode andar pelo mundo sem cartão de crédito.

Eu não tinha. Confesso. Até há pouco, minha natural inclinação para o Mal me impedia essa felicidade. Eu achava que o cartão de crédito era mais uma armadilha da sociedade de consumo. Acreditava que os habitantes das grandes cidades modernas padecem a escravidão por dívidas, tanto como os índios da Guatemala nas plantações de algodão ou de café. Agora se descerrou o véu que cobria meus olhos, e vejo: ninguém é, se não é digno de crédito. Agora eu sou. Devo, logo sou.

A dúvida, porém, obstinada sombria, retorna ao assalto. Faz a minha

cabeça pensar que o meu país também deve, e que, quanto mais paga, mais deve. E quanto mais deve, menos o governa o governo e mais o governam os credores. E, no entanto, os Estados Unidos, que devem muito mais que toda a América Latina junta, não aceitam condições; ao invés disso, as impõem. Será que dever pouco é mau e, ao contrário, é bom dever muitíssimo?

Dúvidas, dúvidas e tantas dúvidas quanto ao meu próprio trabalho! Eu me pergunto: Terá ainda destino a literatura, neste mundo no qual todas as crianças de cinco anos são engenheiros eletrônicos? E quisera responder-me: Talvez o modo de vida do nosso tempo não seja demasiado bom para as pessoas nem para a natureza, mas é, sem dúvida, muito bom para a indústria literária? Tudo depende do produto que se ofereça, que há de ser tranquilizante como o Valium e brilhoso e *light* como um show de TV: que ajude a não pensar com risco e a não sentir com loucura, que evite os sonhos perigosos e que, sobretudo, evite a tentação de vivê-los.

Acontece, porém, que essa é exatamente a literatura que não sou capaz de escrever nem de ler. Condenado à impotência, não posso escrever nem ler palavras neutras. E, embora faça todo o possível, não consigo parar de crer que estes tempos de resignação, desprestígio da paixão humana e arrependimento do humano compromisso são nosso desafio mas não são nosso destino.

Muito obrigado. Desafoguei minha consciência, amparado no segredo da confissão, e lhes rogo que não o esqueçam. Agora, preciso tramitar meu visto para entrar na Nova Ordem Mundial. Oxalá não me perguntem se pretendo matar o presidente.

Eduardo Galeano é escritor uruguaio. Palavras pronunciadas na reunião anual dos livreiros dos Estados Unidos, *American Booksellers Association*, na cidade de Los Angeles (26/5/1992).

LIÇÕES DE BICHOS E COISAS

Tenho inveja das plantas e dos animais. Parecem-me tão tranqüilos, possuidores de uma sabedoria que nós não temos. Como se desfrutassem da felicidade do Paraíso. Sofrem, pois não existe vida sem sofrimento. Mas sofrem sempre como se deve, quando o sofrimento vem, na hora certa, e não por antecipação. Saber sofrer é uma lição difícil de se aprender. Se o terrível nos golpeia e não sofremos, algo está errado.

Pois como não chorar, se o destino nos faz sangrar? Se não choramos é porque o coração está doente, perdeu a capacidade de sentir. Mas sofrer fora de hora é doença também, permitir-se ser cortado por golpes que ainda não aconteceram e que só existem como fantasmas da imaginação. Os animais sabem sofrer. Nós não.

Somos prisioneiros da ansiedade. Pois ansiedade é isto: sofrer fora de hora, por um golpe que, por enquanto, só existe no futuro que imaginamos.

Talvez os animais sejam sadios de alma e nós, doentes. Norman O. Brown, um intérprete dissidente da teoria psicanalítica, parece concordar, ao se referir à “saúde simples que os animais gozam, mas não os homens”. E Alberto Caeiro chama as próprias plantas como testemunhas da nossa doença. “Ah”, diz ele, “como os mais simples dos homens/ são doentes e confusos e estúpidos/ ao pé da clara simplicidade/ e saúde em existir/ das árvores e das plantas!”.

E Jesus, sofrendo com a nossa dor pelos sofrimentos que a ansiedade coloca no futuro, nos aconselhou a aprender da sabedoria das aves dos céus e dos lírios dos campos, reconciliados com a vida, vivendo as dores e felicidades do presente, e livres dos fantasmas da imaginação ansiosa. Sofremos pelo futuro e, por isso, não podemos colher as modestas mas reais alegrias que o presente nos oferece. Jorge Luís Borges, num pungente documento, declara que foi assim que ele deixou passar a sua vida. “Eu era um desses que nunca ia a parte alguma sem um termômetro, uma

bolsa de água quente, um guarda-chuva e um pára-quedas. Se voltasse a viver, viajaria mais leve. Se eu pudesse voltar a viver correria mais riscos, viajaria mais, contemplaria mais entardeceres, subiria mais montanhas, nadaria mais rios.

“Se não o sabem, disso é feita a vida, só de momentos. Não percam o agora”. Mas, ele conclui, “já viram, tenho 85 anos e sei que estou morrendo”.

Acho que todo mundo sabe, intuitivamente, que existe uma loucura na maneira de ser dos homens. E é por isso que a nostalgia por um sítio ou por uma casa na praia aparece como um dos nossos sonhos mais persistentes. Para longe do falatório dos homens, quando todos falam e ninguém escuta. De volta para a natureza, onde nada se diz e, no silêncio, se ouve uma sabedoria esquecida.

Dizem que São Francisco pregava sermões aos animais. Não acredito. Acho que se equivocaram. Pois só pregam sermões aqueles que se julgam portadores de uma sabedoria que os outros não têm. Prega-se para convencer os outros a reconhecerem os seus erros — que se arrependam! — e para que, pela palavra ouvida, eles se tornem melhores. Mas, de que erro convenceremos as plantas e os animais? Pois são perfeitos em tudo o que fazem. Borboletas e beija-flores, lobos e urubus, tigres e golfinhos — todos eles se movem harmônicos ao som da melodia que toca dentro dos seus corpos. Nenhum dos seus movimentos é uma mentira.

Por dentro e por fora são a mesma coisa. E que ensinamento temos que possa melhorá-los? Os animais ditos amestrados, deleite dos freqüentadores de circos, só me dão tristeza. Pois eles só aprendem o que os homens lhes ensinam na medida em que se esquecem daquilo que a natureza lhes ensinou. Acredito, ao contrário, que o santo conversava com os animais, escutava o seu silêncio, e, se ele falava alguma coisa, era como o aluno que repete em voz alta aquilo que aprendeu dos seus mestres. Não era o



santo que pregava aos animais; eram os animais que lhe ensinavam a sua sabedoria. E talvez seja esta a razão porque ele seja tão amado, porque nos seus gestos e palavras ele nos diz de um jeito de ser de plantas e bichos de que nos esquecemos e de que queremos nos lembrar, para sermos menos infelizes.

São Francisco não foi o único. Zaratustra, segundo os poemas que relatam

a sua vida, cansou-se dos homens, e, por dez anos, viveu sozinho no alto de uma montanha, tendo como únicos companheiros uma águia e uma serpente. Thoreau, da mesma forma, abandonou a civilização para viver no meio das matas, para ali aprender um saber que não se encontrava nos livros e nas escolas.

E Santo Agostinho, em suas Confissões, declara que os seus mestres foram as coisas, as plantas, os animais. "Perguntei à terra,/ ao mar, à profundidade/ e, entre os animais, às criaturas que rastejam./ Perguntei aos ventos que sopram/ e aos seres que o mar encerra.

"Perguntei aos céus, ao sol, à lua e às estrelas/ e a todas as criaturas à volta da minha carne:/ Minha pergunta era o olhar que eu lhes lançava./ Sua resposta era a sua beleza."

Me dirão que plantas e animais não falam. Engano. É verdade que estão mergulhados no silêncio. Mas é neste silêncio que interrompe o vozerio dos homens que uma voz é ouvida, vinda das profundezas do nosso ser. Pois é aí que mora a sabedoria que perdemos. Você tem dificuldade em ouvir a voz das plantas e dos animais? Pois que leia os poetas, profetas do seu saber sem palavras. A Sugestão de felicidade de Cecília Meirelles, na qual ela diz que deveríamos ser como a flor que se cumpre sem pergunta, a cigarra, queimando-se em música, o camelo que mastiga sua longa solidão, o pássaro que procura o fim do mundo, o boi que vai com inocência para a morte. E conclui: "Sede assim qualquer coisa serena, isenta, fiel. Não como os demais homens". Com o que concorda Alberto Caeiro, discípulo dos mesmos mestres: "Sejamos simples e calmos, como os regatos e as árvores, e Deus amar-nos-á fazendo de nós belos como as árvores e os regatos, e dar-nos-á verdor na sua primavera e um rio aonde ir ter quando acabemos".

NÃO CORTEM AS ÁRVORES NEM MATEM OS PÁSSAROS

Reflexões sobre o livro de Deuteronômio

Ivo Storniolo

É comum entre os meios “verdes” ou ecologistas acusar a Bíblia como uma das principais responsáveis pela devastação e violentação do meio ambiente. Com efeito, sabemos que a civilização ocidental, com todo o desenvolvimento industrial e tecnológico, teve como impulso fundamental o fermento judaico-cristão contido na Bíblia. Sabemos também que, logo na primeira página da Bíblia, encontramos a declaração básica sobre a superioridade do ser humano em relação ao resto da natureza: “Sejam fecundos, multipliquem-se, encham e submetam a terra; dominem os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que rastejam sobre a terra” (Gn 1.28). A ciência e a tecnologia atuais seriam os últimos meios para exercer essa “submissão” e “dominação” da natureza, com todas as consequências que bem conhecemos: agrotóxicos, poluição do ar e da água, buracos na camada de ozônio, lixo não-degradáveis de todo tipo, entre os quais o terrível lixo atômico...

Será que o lixo é o correlato necessário do progresso? Por que somente o ser humano produz lixo não-reciclável? Podemos nos perguntar se submeter e dominar a terra significa violentá-la. Até que ponto o chamado “progresso” colabora com a vida e seus processos ou constitui uma ameaça tanto para a natureza como a própria humanidade que nela vive? Se o mundo é o lar da humanidade, até que ponto ele, por nossa culpa, vai cada vez mais se tornan-

do uma bomba que pode explodir a qualquer momento?

Ameaça ao meio ambiente. O desenvolvimento econômico produz progresso, e este sempre traz problemas a curto, médio e longo prazos. Passemos do livro do Gênesis para o

mado no Reino do Norte ou Israel, onde, sob o reinado de Jeroboão II (782-753 a.C.), houve grande expansão territorial, acompanhada de significativo desenvolvimento econômico.

Como tudo tem o seu custo, esse progresso também teve um preço,



do Deuteronômio. Pesquisas recentes localizam o núcleo mais antigo do Deuteronômio (4.1-28; 5.1-9,10; 12.1-28,46; 30.11-20; 31.9-13) em meados do século VIII a.C., por volta de 750 a.C. Esse núcleo teria se for-

pago principalmente pelo povo camponês, cada vez mais empobrecido e perdido em meio aos acelerados conflitos sociais provocados pela desigualdade econômica e política. A isso se opôs a corrente profética, ini-

ciada por Elias e Eliseu e imediatamente seguida por Amós e Oséias. Eles não pouparam denúncias e críticas a esse “progresso”, bem como a seus mantenedores e fruidores, que não temiam dar largas à sua ambição à custa da maioria do povo.

Aos profetas uniu-se o grupo dos levitas, dos quais uma parte servia nos santuários e outra era constituída por levitas peregrinos, que percorriam campos e povoados, buscando adaptar e aplicar as exigências de Aliança com Javé (Decálogo em Deuteronômio 5.1-21) às diversas situações. Esses levitas peregrinos não tinham propriedades e se identificavam com o povo mais pobre (Dt 12.12,18-19; 16.11-14). Os estudiosos hoje afirmam que o primeiro nú-

Irmgard



cleo do Deuteronômio é como uma antologia das pregações feitas por eles.

A lei no Deuteronômio, portanto, tem um caráter profético e pedagógico, procurando reendereço os con-

flitos, de modo a fazer justiça. Assim, o livro é um grande testemunho dos problemas de Israel em meados do século VIII a.C.. Olhando o conjunto legislativo (Dt 12-26), podemos perceber de que natureza eram os problemas e conflitos gerados pela política expansionista e desenvolvimentista de Jeroboão II. E, coisa de nos admirarmos, entre eles vamos encontrar também incipientes questões ecológicas, já testemunhando a ligação entre progresso e ameaça ao meio ambiente (Dt 20.19-20; 22.6-7; 25.4).

Contra o desmatamento. “Quando você tiver que cercar uma cidade durante muito tempo, antes de atacá-la e tomá-la, não corte as árvores a machado; alimente-se delas sem cortá-las. Por acaso a árvore do campo é um homem, para que você a trate como inimigo? Contudo, se você sabe que tal árvore não é frutífera, então pode cortá-la e usá-la para fazer instrumentos de assalto contra a cidade que está em guerra contra você, até que a tenha conquistado” (Dt 20.19-20).

Vemos logo que esta lei tem como objeto o desmatamento. A ocasião é de guerra (Dt 20), especificamente de luta contra uma cidade-estado inimiga, protegida por muralhas e portas. O desmatamento é para conseguir madeira a fim de se construírem instrumentos de assédio (aríetes, escadas, torres de assalto). Contudo, a lei proíbe o desmatamento indiscriminado: é preciso distinguir entre árvores frutíferas e não-frutíferas. E o desmatamento tem limites: só deve ser feito até que a cidade tenha sido conquistada. Interessante é a irônica motivação psicocósmica: a natureza vegetal não deve ser tratada como se fosse um inimigo, ou seja, o homem não deve se opor à natureza que o sustenta (árvore frutífera) ou beneficia (sombra, oxigênio, fauna e flora). Naquele tempo a lei significava que a natureza não precisa pagar pela ambição

Nos primeiros livros da Bíblia já aparece a determinação que o homem não deve se opor à natureza que o sustenta ou beneficia. Na lei mosaica se afirmava que a natureza não precisa pagar pela ambição expansionista do homem

expansionista do homem. O que o espírito dessa lei pode nos dizer hoje, quando florestas inteiras são devastadas, na maioria das vezes em vista do consumismo e do luxo?

Proteção aos animais. “Se pelo caminho, numa árvore ou no chão, você encontrar um ninho de pássaros com filhotes ou ovos, e a mãe sobre os filhotes ou sobre os ovos, não pegue a mãe que está sobre os filhotes; deixa primeiro a mãe voar em liberdade, e depois pegue os filhotes, para que tudo lhe corra bem e você prolongue seus dias” (Dt 22.6-7). O que está em jogo aqui é o respeito pelos processos da natureza — no caso, a maternidade, mesmo que seja a de um pássaro ou ave de chão. “Deixar voar em liberdade” indica o término da relação maternal. Não se deve interromper o processo da maternidade, porque ele é a matriz da vida que se perpetua. Poderíamos estranhar a motivação dessa lei, apresentada a modo de finalidade: “para que tudo lhe corra bem e você prolongue seus dias”.

O que a vida humana tem a ver com a maternidade de um pássaro? Muito. Aqui está o aspecto pedagógico: da matriz da vida depende também o nosso sustento, e nela também se espelham os nossos genitores, aos quais devemos respeito e gratidão dado que foram eles a fonte imediata de nossa vida. Essa lei, portanto, aplica o quarto mandamento do Decálogo também à natureza em geral (veja Dt 5.16, em que se apresenta a



mesma motivação). E hoje? Nem mesmo a maternidade humana é respeitada...

“Não coloque focinheira no boi que debulha o grão” (Dt 25.4). Naquele tempo, costumava-se debulhar as espigas com a força de animais — em geral, bois — amarrados a um eixo giratório. Todavia, amordaçar o animal que faz o trabalho é privá-lo do sustento, uma vez que ele está preso e não pode buscar alimento em outro lugar: passa o dia inteiro vendo a comida a sua frente e não pode alimentar-se. A lei denuncia o máximo da sovinice, aliado a uma total falta de sensibilidade. Tudo resultado de uma grande idiotice: Como pode o animal conservar a saúde para realizar o trabalho que beneficia o seu patrão? E a menção de “patrão” levamos imediatamente ao ambiente do trabalho humano: milhões de trabalhadores com focinheira... Não podem comer, porque o salário não dá para isso, e não podem reclamar, porque o patrão os manda embora. Nesse ponto, os animais parecem até gozar de vantagem: por aí há muito cachorro, gato e cavalo que têm co-

mida mais farta e luxuosa do que a maioria do povo... Essa lei pede o respeito para com o animal que trabalha em favor do homem e lembra também Dt 20.4, em que se diz para não ficar indiferente a um animal caído. Hoje ficamos indiferentes até às pessoas caídas...

Humanidade e natureza. Essas poucas leis demonstram, portanto, uma preocupação ecológica incipiente. Por trás delas já podemos notar a sensibilidade para o fato de que a humanidade está profundamente unida à natureza e dela depende, e deve, por isso mesmo, respeitá-la e ser-lhe grata, em vez de violentá-la em nome da ambição consumista e desenfreada busca de comodidade e luxo. Mais ainda, o que as entrelinhas deixam entrever claramente é o despertar para um senso de co-participação cósmica. Em nome disso o desrespeito do homem para com a natureza é um desrespeito para consigo mesmo, ou seja, mostra a maior falta de bom senso. Também a natureza deve ser amada pelo homem assim como ele ama a si mesmo.

Parece-me, no entanto, que isso

ainda está por ser descoberto. Será que a descoberta não está demorando muito? Será que não vai chegar atrasada? Enquanto isso, o apóstolo Paulo nos lembra que “a própria criação espera com impaciência a manifestação dos filhos de Deus. Entregue ao poder do nada — não por sua própria vontade, mas por vontade daquele que a submeteu —, a criação abriga a esperança, pois ela também será liberta da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus. Sabemos que a criação toda geme e sofre dores de parto até agora” (Rm 8.19-22).

Sim, a criação geme e sofre, e nós, os inconscientes filhos de Deus, gememos e sofremos por ela. Bobamente. Por nossa própria falta de bom senso. Até quando vamos confundir desenvolvimento com autodestruição? Progresso tecnológico não é sinônimo de progresso humano. Aliás, o que significaria um progresso realmente humano?

Ivo Storniolo é sacerdote católico e biblista, e trabalha atualmente no Departamento Bíblico de Edições Paulinas.

NOVO LIVRO DE RUBEM ALVES

O Poeta, o Guerreiro, o Profeta



É um livro em que a teologia anda de mãos dadas com a literatura, a poesia e a história para criar uma atmosfera inesquecível de espanto e visão. Para quem é amante da poesia, crê em Deus, curte a filosofia e principalmente ama a vida em toda a sua plenitude, o livro é uma excelente opção.

Editora Vozes, 1992 — 144 páginas

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CIDADANIA

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

EDUCAÇÃO AMBIENTAL – UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA DOS TEMAS DA ATUALIDADE

Aurélio Vianna, Lais Menezes, Maria Cecília Iório, Vera Masagão Ribeiro (org.)
CEDI/CRAB, 1992, 80 páginas

A educação ambiental vem sendo abordada pela escola e pelos meios de comunicação de massa como uma nova ideologia do desenvolvimento e do progresso. Modelos de ambientes equilibrados são apresentados como alternativas viáveis e compatíveis ao atual estágio técnico da industrialização.

Em nome da modernidade e do avanço científico, criam-se conceitos que servem antes para justificar a continuidade da destruição da natureza em função do lucro e da acumulação de riqueza que para criar condições efetivas de uma apropriação mais equilibrada dos recursos naturais. *Impacto ambiental e desenvolvimento sustentado* são as novas palavras “mágicas” que, associadas às políticas de implantação de grandes obras, justificam a ação empresarial na exploração de recursos naturais.

A ação econômica, a instrumentalização do discurso técnico-científico e a ideologia do progresso e da modernidade procuram transferir a todos a responsabilidade da proteção do ambiente, que tem sido degradado por uma parte da sociedade. Tenta-se incutir nas pessoas uma visão naturalizada da sociedade, como se os homens fossem tão-somente “bichos-homens” que interagem com outros animais, vegetais, rios, mares, ar, etc. A ideologia do progresso tecnológico procura demonstrar que a

ciência e a técnica resolverão todos os problemas da sociedade, particularmente os ambientais.

É preciso alterar o rumo dessas “práticas educativas” perversas, que têm vitimado professores, alunos, sociedade em geral e, principalmente, movimentos.

Educação ambiental — uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade vem reunir-se a outras obras que começam a contestar as abordagens “oficiais”. O livro abre aos movimentos sociais alternativas de compreensão política, econômica, social, cultural e jurídica da questão ambiental, tratando-a como produto do desenvolvimento econômico e os movimentos ambientalistas como respostas da sociedade para a solução destes problemas. Traz também uma visão realista do tema, recusando a ótica do “terrorismo ecológico” e adotando a perspectiva do entendimento necessário que as pessoas devem ter para atuarem como cidadãos no encaminhamento de soluções.

Temas atuais como efeito-estufa, buraco na camada de ozônio, poluição das águas, geração de energia, ação dos agrotóxicos, degradação dos solos, desertificação, destruição das florestas, biodiversidade e biotecnologia são abordados de forma sintética e didática, relacionados ao modelo de desenvolvimento econômico e seus “pacotes” tecnológicos, à dívida externa e às relações internacionais entre países e multinacionais.

A situação brasileira é igualmente tratada. Inicia-se o leitor na compreensão da legislação ambiental e



na necessidade da luta pelo seu cumprimento.

O livro procura apresentar uma proposta de prática pedagógica para a compreensão da questão ambiental e suas interfaces com a política econômica e a cultura. Ensina a discutir, exercitando a cidadania.

O capítulo final é dedicado às sugestões didáticas, como forma de estimular professores, alunos, grupos de pessoas, movimentos sociais organizados e leitores em geral a estudarem, compreenderem, discutirem e defenderem direitos e práticas voltadas para a preservação/conservação ambiental. É leitura obrigatória para todos que estudam e/ou militam nos movimentos sociais, ambientais ou não.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira é geógrafo, professor da FFLCH da Universidade de São Paulo, autor de *Geografia das Lutas no Campo* e de *Agricultura Camponesa no Brasil* (Contexto), entre outras obras.

